

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2024





AMAZONAS ENERGIA S.A.

**Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024**

Com o relatório dos auditores independentes

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial 7

Demonstração dos resultados 9

Demonstração dos resultados abrangentes 10

Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... 11

Demonstração dos fluxos de caixa 12

Demonstração do valor adicionado 14

Notas explicativas às demonstrações financeiras 15

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e acionistas
Amazonas Energia S.A.
Manaus - Amazonas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Amazonas Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Amazonas Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia vem incorrendo em prejuízos, sendo R\$ 1.772.459 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.254.960 mil em 2023) e, nessa data, apresentou excesso de passivo circulante em relação ao ativo circulante em R\$ 8.617.260 mil (R\$ 5.755.335 mil em 31 de dezembro de 2023) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 7.509.948 mil (R\$ 5.739.159 mil em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a Companhia passa por um processo de transferência de controle, aprovado pela ANEEL em outubro de 2024, resultando na aquisição da concessionária pelo Grupo J&F por meio do Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura Milão (FIP Milão). Essa mudança visa viabilizar a recuperação financeira e operacional da empresa. O novo controlador se comprometeu a implementar um Plano de Recuperação com medidas para mitigação de perdas, reestruturação financeira e aprimoramento da eficiência operacional. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional tendo em vista as dificuldades financeiras da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às sociedades anônimas de capital fechado, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Manaus, 31 de março de 2025.

Crowe Macro Auditores Independentes
CRC 2SP033508/O-1



Dalton Frias Herculano
Contador – CRC1SP292951/O-0



Luciana Toniolo Meira
Contador – CRC1SP254.829/O-8

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	11	98.422	40.239
Consumidores	12	944.900	947.408
Concessionárias e permissionárias	13	61.629	77.233
Tributos	14	191.886	191.634
Almoxarifado	15	58.626	54.931
Ativos financeiros setoriais	17	1.073.427	840.159
Encargos setoriais a compensar	18	9.444	12.758
Direito de ressarcimento	16	783.608	629.915
Outros ativos circulantes	19	55.278	94.713
		3.277.220	2.888.990
Não circulante			
Investimentos temporários	-	-	6
Consumidores	12	159.182	216.258
Concessionárias e permissionárias	13	187	355
Tributos	14	1.209.901	1.319.339
Depósitos judiciais e caução	28	448.305	321.885
Outros ativos não circulantes	19	28.001	26.392
Ativo contratual	20	620.368	573.546
Ativo financeiro	20	1.562.354	1.527.367
Investimentos	-	21.420	21.420
Imobilizado	22	84.178	93.521
Intangível	21	1.288.742	1.224.134
		5.422.638	5.324.223
Total		8.699.858	8.213.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	24	2.371.531	1.841.807
Empréstimos, financiamentos e debêntures	25	7.267.949	5.182.783
Obrigação sociais e trabalhistas	26	15.427	15.902
Tributos	14	668.847	317.578
Encargos setoriais a pagar	18	10.473	12.405
Passivos financeiros setoriais	17	1.484.261	1.216.075
Outros passivos	27	75.992	57.775
		11.894.480	8.644.325
Não circulante			
Fornecedores	24	-	3.285
Empréstimos, financiamentos e debêntures	25	3.070.662	3.776.873
Provisão para litígios	28	697.249	1.006.593
Encargos setoriais a pagar	18	131.706	100.927
Tributos diferidos	14.1	-	4.660
Obrigação de ressarcimento	16	402.154	402.154
Outros passivos	27	13.555	13.555
		4.315.326	5.308.047
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	29	11.146.667	11.146.667
Outros resultados abrangentes		(860)	(422.490)
Prejuízos acumulados		(18.655.755)	(16.463.336)
		(7.509.948)	(5.739.159)
Total		8.699.858	8.213.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	30	5.173.612	4.991.338
Custo com Energia Elétrica		(3.344.306)	(3.920.978)
Energia elétrica comprada para revenda	31	(7.358.890)	(8.750.469)
Combustível para produção de energia elétrica	31	(204.164)	(397.793)
Recuperação de despesas - CCC	31	4.218.748	5.227.284
Custo de Operação		(674.602)	(669.979)
Pessoal, material e serviços de terceiros	31.1	(506.994)	(543.432)
Depreciação e amortização	31.1	(95.545)	(79.881)
Outros	31.3	(72.063)	(46.666)
Custo de construção	31.2	(302.275)	(678.732)
Lucro (prejuízo) bruto		852.429	(278.351)
Despesas operacionais	31.4	(459.300)	(313.298)
Resultado do serviço de energia elétrica		393.129	(591.649)
Resultado financeiro	32	(2.170.248)	(1.745.400)
Prejuízo antes da participação societária		(1.777.119)	(2.337.049)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(1.721)
Prejuízo antes dos impostos		(1.777.119)	(2.338.770)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	14.1	4.660	83.810
Prejuízo do exercício		(1.772.459)	(2.254.960)
Prejuízo por Ação		(0,0914)	(0,1163)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstração do resultado abrangente do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(1.772.459)	(2.254.960)
Ganho (perda) atuarial	1.670	(33)
Total do resultado abrangente do exercício	(1.770.789)	(2.254.993)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	11.146.667	(422.457)	(14.208.376)	(3.484.166)
Perda atuarial	-	(33)	-	(33)
Prejuízo do exercício	-	-	(2.254.960)	(2.254.960)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.146.667	(422.490)	(16.463.336)	(5.739.159)
Transações com acionistas – AICs ressarcíveis	-	419.960	(419.960)	-
Ganho atuarial	-	1.670	-	1.670
Prejuízo do exercício	-	-	(1.772.459)	(1.772.459)
Saldos em 31 dezembro de 2024	11.146.667	(860)	(18.655.755)	(7.509.948)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	2024	2023
Fluxo de caixa nas atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(1.772.459)	(2.254.960)
Ajustes p/ reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Atividades operacionais		
Depreciação e amortização	117.328	100.321
Ganhos pelo valor da indenização	(2.348)	(51.959)
Encargos financeiros - Eletrobras	946.458	921.876
Encargos financeiros - Mútuos Oliveira	15.046	21.947
Encargos financeiros – Eletronorte	573.065	471.702
Encargos financeiros - Mútuos Roraima	13.154	4.895
Encargos financeiros – Breitner	71.119	-
Encargos financeiros – MCP	8.445	-
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(13.416)	(11.528)
Atualização monetária das contingências	65.601	78.047
Atualização monetária de ativos e passivos regulatórios	126.868	-
Variação monetária ativa	(54.644)	(18.979)
Variação monetária passiva	3.262	-
Acréscimo moratório sobre energia vendida	(105.752)	(96.324)
Descontos condicionais sobre energia vendida	90.568	92.472
AVP - Avaliação atuarial	1.670	(33)
Avaliação a valor justo	(7.734)	(111.002)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - Outros	16.163	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	230.660	197.457
Reversão das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(96.215)	(250.145)
Perdas efetivas com clientes	191.176	100.567
Provisão para contingências judiciais	387.587	143.337
Reversão para contingências judiciais	(762.532)	(271.576)
Baixa de ativo financeiro	54	29
Baixa de ativo imobilizado	94	-
Baixa de ativo intangível	24.926	35.377
	68.144	(898.479)
Variações no ativo circulante		
Consumidores	(307.929)	(129.947)
Concessionárias e permissionárias	15.604	(162)
Estoque	(3.695)	(12.913)
Tributos e contribuições sociais	(252)	(15.177)
Direito de ressarcimento	(153.693)	730.637
Ativos Indenizados	2.348	51.959
Ativos regulatórios	(360.136)	(567.513)
Encargos Setoriais	3.314	(2.515)
Outros	74.654	12.955
	(729.785)	67.324
Variações no ativo não circulante		
Consumidores	57.076	36.131
Concessionárias e permissionárias	168	790
Tributos e contribuições sociais	109.438	27.716
Investimentos Temporários	6	145.770
Direito de Ressarcimento	-	23.000
Outros	(1.609)	(3.932)

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	165.079	229.475
Descrição (continuação)	2024	2023
Variações no passivo circulante		
Fornecedores	529.724	301.790
Tributos e contribuições sociais	348.748	102.880
Obrigações sociais	(475)	(145)
Encargos setoriais	(1.932)	4.029
Passivos regulatórios	268.186	621.223
Outros	18.217	9.698
	1.162.468	1.039.475
Variações no passivo não circulante		
Fornecedores	(3.285)	(20.708)
Tributos e contribuições sociais	-	(783)
Tributos diferidos	(4.660)	(83.810)
Encargos setoriais	30.779	28.217
	22.834	(77.084)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		
Pagamento de encargos Eletrobras	(10.091)	(26.788)
Pagamento de encargos Mútuos	-	(4.753)
Depósitos judiciais	(113.004)	76.240
	(123.095)	44.699
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	565.645	405.410
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimento	-	1.721
Aquisição de ativo contratual	(263.359)	(279.442)
Aquisição de ativo imobilizado	(1.316)	(6.368)
Aquisição de ativo intangível	(7.067)	(2.009)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(271.742)	(286.098)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Atualização	(5.748)	-
Constituição	154.500	440.490
Pagamentos – Eletrobras	(151.913)	(149.739)
Pagamentos – Itaú	(121.365)	(353.105)
Pagamentos – Parcelamentos	(32.004)	(100.056)
Pagamentos – Mútuos	(79.190)	(52.532)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(235.720)	(214.942)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	58.183	(95.630)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	40.239	135.869
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	98.422	40.239
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	58.183	(95.630)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstração do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Nota	2024	2023
Geração do valor adicionado (A)		6.055.576	5.778.184
Receitas de vendas de energia e serviços		5.959.226	5.725.991
Outras receitas		96.350	52.193
Insumos adquiridos de terceiros (B)		4.340.335	5.127.834
Custo da energia elétrica comprada	31	7.358.890	8.750.469
Serviços de terceiros		475.679	480.886
Material		12.937	24.768
Combustíveis p/produção de energia elétrica	31	204.164	397.793
Recuperação de Despesa – CCC	31	(4.218.748)	(5.227.284)
Custo de construção	31.2	302.275	678.732
Ajuste a valor Justo – ativos concessão	31.4	(7.734)	(111.003)
Outros		212.872	133.473
Valor adicionado bruto (A) - (B) = (C)		1.715.241	650.350
Retenção (D)		364.016	327.245
Depreciação e amortização		117.328	100.321
Reversões de provisões	31.5	246.688	226.924
Valor adicionado líquido (C) - (D) = (E)		1.351.225	323.105
Valor adicionado recebido em transferência (F)		103.307	213.851
Resultado de equivalência patrimonial		-	(1.721)
Receitas financeiras	32	103.307	215.572
Valor adicionado a distribuir (E)+(F)		1.454.532	536.956
<u>Distribuição do valor adicionado</u>			
Remuneração do trabalho (A)		147.618	147.572
Governos (Impostos e contribuições) (B)		382.813	292.413
Contribuições Sociais INSS e FGTS		20.818	28.313
ICMS		33.070	23.546
COFINS e PIS/PASEP		333.585	324.364
Imposto de Renda e Contribuição Social		(4.660)	(83.810)
Financiadores (C)		2.277.602	1.965.187
Encargos de dívidas, variação monetária e outros		2.273.555	1.960.972
Aluguéis		4.047	4.215
Encargos setoriais (D)		418.958	386.744
Prejuízo do exercício		(1.772.459)	(2.254.960)
Valor adicionado distribuído (A)+(B)+(C)+(D)		1.454.532	536.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Amazonas Energia S.A. ("Companhia" ou "AmE"), com sede na Avenida Djalma Batista, nº 4.400, Flores - Manaus – Amazonas, é uma companhia de capital fechado, de direito privado.

A Companhia é a concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica nos 62 municípios do Amazonas, atendendo a mais de 1 milhão de unidades consumidoras, conforme o Contrato de Concessão nº 01/2019-ANEEL, vigente até 2049. Em 2024, a empresa enfrentou desafios relacionados à sua estrutura societária, elevados índices de perdas técnicas e não técnicas, restrições de caixa e alto endividamento.

Transferência de Controle Acionário e Recuperação Financeira

A Companhia passa por um processo de transferência de controle, aprovado pela ANEEL em outubro de 2024, resultando na aquisição da concessionária pelo Grupo J&F por meio do Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura Milão (FIP Milão). Essa mudança visa viabilizar a recuperação financeira e operacional da empresa. O novo controlador se comprometeu a implementar um Plano de Recuperação com medidas para mitigação de perdas, reestruturação financeira e aprimoramento da eficiência operacional.

Endividamento e Reestruturação Financeira

A distribuidora herdou um passivo expressivo desde sua privatização em 2019. Apesar da previsão inicial de um endividamento de R\$ 2,53 bilhões, a dívida alocada alcançou R\$ 7,46 bilhões, tornando-se o principal fator de desequilíbrio financeiro. O custo anual desse endividamento, com base na SELIC vigente, atingiu R\$ 1,57 bilhão, comprometendo a sustentabilidade da empresa.

No contexto do plano de recuperação, estão previstos dois aportes de capital: R\$ 2 bilhões, a partir da transferência de controle e R\$ 4,5 bilhões a serem realizados até dezembro de 2025. Ademais, a dívida remanescente será amortizada em 14 parcelas anuais, com início em 2026, sujeita à taxa de juros de SELIC + 1% ao ano.

Impacto dos Fenômenos Climáticos e Aumento do Consumo

Desde 2023, o Amazonas vem sendo impactado pelo fenômeno El Niño e por eventos climáticos extremos, resultando em altas temperaturas e maior demanda por consumo de energia elétrica. Esse cenário persistiu em 2024, levando a um aumento recorde no consumo de energia e pressionando ainda mais a capacidade operacional da concessionária.

Flexibilizações Regulatórias e Sustentabilidade Operacional

Para mitigar os desafios financeiros, a ANEEL e o governo federal implementaram flexibilizações regulatórias por meio da Medida Provisória 1.232/2024, garantindo apoio financeiro via Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e ajustes tarifários escalonados até 2038. Entre as principais medidas estão:

- a) Cobertura de perdas não técnicas: Repasse gradual dos custos elevados decorrentes de furtos e fraudes até que a concessionária implemente soluções eficazes para mitigação.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Repasse de receitas irre recuperáveis: Redução escalonada do impacto das inadimplências no equilíbrio financeiro.
- c) Flexibilização dos custos operacionais: Permissão para repasse progressivo dos custos operacionais à tarifa até 2038, assegurando um ajuste sustentável.
- d) Reestruturação da sobrecontratação de energia: Ajuste nos contratos de compra de energia para eliminar sobrecontratação excessiva.

Com a recuperação financeira e operacional em andamento, espera-se que a concessionária alcance sustentabilidade econômico-financeira no longo prazo, assegurando maior eficiência e confiabilidade no fornecimento de energia elétrica para o estado do Amazonas.

Maiores informações a respeito do contexto operacional da Companhia podem ser obtidas no Relatório da Administração, peça integrante das Demonstrações Financeiras da Amazonas Energia e que devem ser lidas em conjunto.

2 Prestação do serviço público de energia elétrica

2.1 Contrato de concessão

Em 11 de abril de 2019, foi celebrado o novo Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2019-ANEEL (nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013) entre a União e o Consórcio Oliveira Atem, por meio do qual se formalizou a transferência do controle acionário da Companhia, conforme previsto no Edital do Leilão nº 2/2018.

O novo Contrato de Concessão será por um prazo de 30 (trinta) anos tendo iniciado em 11 de abril de 2019 e com término em 10 de abril de 2049.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP) e as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 31 de março de 2025.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na (Nota Explicativa nº 6).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 12 – Consumidores: estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida, porém não faturada;

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 12 – Consumidores: reconhecimento e mensuração das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e estimativa de renda não faturada;
- Nota Explicativa nº 17 - Ativos financeiros setoriais e Passivos financeiros setoriais: reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos regulatórios;
- Nota Explicativa nº 20 – Ativo Contratual e Ativo Financeiro - Ativo financeiro: critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
- Nota Explicativa nº 28 – Provisão para causas judiciais e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota Explicativa nº 33 – Instrumentos financeiros e Gestão de Riscos: definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos; e
- Nota Explicativa nº 35 – Benefício pós-emprego - mensuração de obrigação de benefícios definidos: principais premissas atuariais.

c. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informação adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 33.2.

6 Mudança nas principais políticas contábeis

Não ocorreram no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024, mudanças nas principais políticas contábeis que afetassem materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Os custos de planos de aposentadoria com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxa de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data de balanço.

8 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Clientes

As contas a receber de clientes são compostas por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica, pelo uso do sistema de distribuição de consumidores livres, pelos serviços prestados, pelos acréscimos moratórios, entre outros.

O saldo inclui o fornecimento de energia ainda não faturado, originado substancialmente da atividade de distribuição e que é mensurado em estimativas, tendo como base o histórico de consumo de MW/h.

Os valores apresentados na conta de clientes estão contabilizados com base no regime de competência, e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, relacionados a consumidores, revendedores e outros estão sujeitos à análise de perdas esperadas, conforme a NBC TG 48 - Instrumentos financeiros, que é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas no recebimento dos clientes, cuja recuperação seja considerada improvável).

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (Nota Explicativa nº 12).

c. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localização e condição existentes.

Os estoques de materiais para consumo são classificados no ativo circulante, não sendo depreciados ou amortizados, e os estoques de materiais destinados às obras/manutenção dos sistemas de distribuição são classificados no ativo financeiro ou intangível.

d. Investimentos temporários

Os investimentos temporários representam aplicação de recursos financeiros em títulos e valores mobiliários disponíveis no mercado, ou direitos representativos destes, cuja natureza não seja de liquidez imediata, derivados de receitas financeiras ou de lucros com a negociação.

Os investimentos temporários são avaliados ao custo de aquisição e, quando aplicável, acrescidos da atualização monetária, dos juros e outros rendimentos auferidos.

e. Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pela NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo da ITG 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção), pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão. (Nota Explicativa nº 20).

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo contratual (infraestrutura em construção) estão sujeitos à análise de perdas esperadas, conforme a NBC TG 48 - Instrumentos financeiros.

f. Ativo financeiro

Os ativos financeiros referem-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação da interpretação técnica ITG 01 (R1) - Contratos de Concessão e da orientação técnica CTG 05 - Contratos de Concessão (Nota Explicativa nº 20).

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para esse ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

g. Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de prestação do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado).

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável (Nota Explicativa nº 21).

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível é apropriada de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. Assim, esses bens devem ser amortizados, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da prestação do serviço, pelo método linear. A amortização do intangível é reconhecida no resultado e registrada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

h. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

É avaliado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Em função da adoção pela Companhia das interpretações técnicas ITG 01 (R1) - Contratos de Concessão e o CTG 05 - Contratos de Concessão, os valores registrados como ativo imobilizado correspondem a todos os bens que não são utilizados na atividade-fim da Companhia. Demais ativos vinculados à prestação do serviço foram reclassificados como ativos contratuais, ativos financeiros indenizáveis (Concessão) e ativos intangíveis.

Depreciação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear, de acordo com as taxas fixadas, que representam uma base razoável de vida útil dos respectivos bens.

As vidas úteis estimadas e as taxas adotadas pela Companhia são aquelas estabelecidas pela ANEEL, conforme Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015, e estão em consonância com os critérios estabelecidos na norma contábil (NBC TG 27 (R4) – Ativo imobilizado).

i. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A provisão é constituída com base na perda estimada, ou seja, perdas de créditos que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência, utilizando uma matriz de provisão para reconhecimento, em taxas de perdas históricas (últimos 24 meses), probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da Administração. Considera, também, o *aging list* individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros (Nota Explicativa nº 12).

Ativo Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia elétrica. O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo é apresentado líquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica, considerando que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A Companhia efetua anualmente, quando há indicativos de *impairment*, o teste de recuperabilidade dos seus ativos utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, considerando que não há mercado ativo para os ativos vinculados à concessão, avaliando se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo (Nota Explicativa nº 21).

Os ativos intangíveis compreendem basicamente os direitos de uso da concessão, mas incluem, também e gastos específicos associados à aquisição de direitos, acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumulada.

Ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução de ativo não financeiro, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o valor em uso.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor em que opera a unidade geradora de caixa.

Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

j. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos da norma contábil NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

k. Empréstimos e financiamentos

São instrumentos financeiros registrados pelo valor líquido dos custos incorridos nas transações e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ou seja, custo inicial, acrescido das variações monetárias e dos juros incorridos até a data do balanço patrimonial, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos (Nota Explicativa nº 25).

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: receita de juros com aplicação financeiras; despesa de juros de empréstimos e atualização monetária de fornecedores; ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos (Nota Explicativa nº 32).

m. Provisões de litígios

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionadas (Nota Explicativa nº 29).

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alteração nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeção fiscais ou exposição adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

n. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

o. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é reconhecida na medida em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo encargos sobre vendas.

Receita de distribuição de energia

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é fornecida. Isto é, quando ocorre a transferência de controle da energia fornecida para os clientes.

Receita não faturada

O cálculo da receita não faturada referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado/nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%).

p. Benefícios a empregados

A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuição fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigação legais nem construtivas de fazer contribuição, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Outras obrigações pós-emprego

A Companhia oferece benefício seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou a invalidez deste enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

q. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

r. Subvenção governamental

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas, sistematicamente, no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas, com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato à Companhia, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do exercício em que forem recebidas (Nota Explicativa nº 16).

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

Encargo do Serviço do Sistema (ESS)

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

É o encargo pago por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN) que comercializam energia com o consumidor final ou que recolhem tarifa de uso das redes elétricas relativas a consumidores livres, para cobertura da energia elétrica produzida por produtores independentes, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa.

s. Ativos e passivos regulatórios

São diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários e geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pelas ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia. O registro dos valores a receber e obrigação foram efetuados em contas de ativo e passivo financeiros em contrapartida ao resultado do exercício (receitas operacionais) (Notas Explicativas n.º 17 e 32).

9 Novas normas, revisões e interpretação

Normas novas e alterações em vigor no exercício corrente:

Alteração ao IAS 1/CPC 26 (R1) - Divulgação de políticas contábeis: Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial.

Alteração ao IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa: Explica as características de acordos de financiamento de fornecedores e exige divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Alteração ao IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos: Especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

A administração da Companhia avaliou as novas normas em vigor e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras.

Novas normas e alterações ainda não efetivas:

CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversões de demonstrações contábeis: As alterações na revisão visam padronizar o tratamento contábil para situações em que as moedas locais não podem ser convertidas livremente em uma moeda funcional, apesar de não implicarem alterações estruturais significativas, as novas orientações visam fornecer maior clareza e consistência na aplicação prática. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025.

CPC 40 e 48 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: As alterações incluem orientação sobre a classificação de ativos financeiros, incluindo aqueles com características contingentes. As empresas agora serão obrigadas a fornecer divulgações adicionais sobre ativos financeiros e passivos financeiros que tenham certas características contingentes. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, à medida em que os normativos são regulamentados

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pelos órgãos competentes. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

10 Ambiente regulatório

O Contrato de **Concessão 001/2019-ANEEL** prevê a atualização anual das tarifas por meio do reajuste tarifário anual, sendo que a cada 5 anos é realizado o processo de revisão tarifária ordinária.

Inicialmente a data-base de realização do processo tarifário da Amazonas Energia foi estabelecida em 1º de novembro. Contudo no ano de 2023 foi constatada pela equipe da distribuidora que essa data não respeitava as condições do leilão. Nesse sentido, após intensas tratativas com a ANEEL, por meio do Despacho 2.689, de 01/08/2023, foi aprovado o 1º Termo Aditivo do Contrato, **passando a data-base de 1º de novembro para 26 de maio**, razão pela qual a revisão tarifária ordinária, prevista para 1º/11/2023, ocorreu apenas em 26/05/2024.

10.1 Revisão tarifária periódica 2024

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 21 de maio de 2024, deliberou sobre a revisão tarifária periódica de 2024 a ser aplicada a partir de 26 de maio de 2024, conforme Resolução Homologatória nº 3.333/2024.

Desta forma, a ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica da Companhia com índice de reposicionamento de -8,08%, composto por reajuste econômico de -13,37% e componente financeiro de 5,29%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, +8,12%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de 0,04%, conforme detalhado a seguir:

Níveis de tensão	Efeito
AT - Alta tensão (>2,3kV)	(6,54%)
BT - Baixa tensão (<2,3kV)	2,94%
Efeito médio AT+BT	0,04%

O índice é composto pelos seguintes itens:

Componente	Efeito
Encargos Setoriais	1,54%
Energia Comprada	(6,87%)
Encargos de transmissão	0,69%
Receitas Irrecuperáveis	(0,25%)
Parcela A	(4,89%)
Parcela B	(8,48%)
Índice de Reposicionamento Econômico	(13,37%)
CVA Total	0,53%
Outros itens financeiros	4,77%
Índice de Reposicionamento Financeiro	5,30%
Revisão total	(8,08%)
Componentes Financeiros do processo anterior	8,12%
Efeito para o consumidor	0,04%

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Parcela A

Para o presente período regulatório, a Parcela A foi revisada em -6,80%, representando 76,8% do resultado da revisão econômica.

Parcela B

Para o presente período regulatório, a Parcela B foi revisada em -29,7%, representando 23,2% do resultado da revisão econômica, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- a) **Custos Operacionais:** a metodologia de definição dos custos operacionais regulatórios estabelece o método de *benchmarking* para a definição do nível eficiente de custos que são reconhecidos nas tarifas. Nesta revisão tarifária, os custos operacionais regulatórios apresentaram uma variação de -47,9% em relação aos valores que estavam incluídos nas tarifas, contribuindo com um efeito econômico tarifário de -9,10%. Destaca-se que a redução percebida é resultado do uso da metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária, associada a retirada da flexibilização de Custos Operacionais Regulatórios prevista na Cláusula Vigésima do Contrato de Concessão nº 01/2019.
- b) **Custo Anual de Ativos:** corresponde à remuneração do capital, à quota de reintegração regulatória e às anuidades dos ativos não elétricos da distribuidora. A remuneração apresentou um aumento de 10,2% em relação aos valores até então contemplados nas tarifas, representando um impacto econômico tarifário de 0,62%. A da redução na taxa de remuneração em relação àquela do último processo tarifário foi anulada pelo aumento da Base de Remuneração Líquida. A quota de reintegração apresentou variação de 7,9% comparada à que estava reconhecida nas tarifas, representando um impacto econômico tarifário de 0,22%, devido, especialmente, ao aumento da Base de Remuneração Bruta, que sobrepôs a redução da taxa de depreciação dos ativos, de 3,91%, inferior à considerada no ciclo anterior (de 3,97%). Por último, as anuidades apresentaram um aumento de 11 % em relação aos valores que estavam contidos nas tarifas, resultando em um impacto econômico tarifário 0,20%.

Como resultado da aprovação da nova base de remuneração regulatória-BRR, segue abaixo os novos valores que foram homologados referente ao 1º ciclo de revisão tarifária periódica os quais serão atualizados anualmente pelo IPCA e vigorarão até 25 de maio de 2029:

Descrição	R\$ - Mil
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	8.371.674
(2) Índice de Aproveitamento Integral	7.004
(3) Obrigações Especiais Bruta	3.576.912
(4) Bens Totalmente Depreciados	905.003
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	3.882.755
(6) Depreciação Acumulada	3.407.726
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	4.963.948
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	3.667
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	4.960.281
(10) Almoxarifado em Operação	30.832
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	2.587.304
(13) Terrenos e Servidões	98.257
(14) Base de Rem. Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	2.502.066
(17) Taxa de Depreciação	3,91%
(18) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (17)	151.816

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2024	2023
Contas bancárias à vista	31.767	30.833
Aplicações financeiras	66.655	9.400
Numerário em trânsito	-	6
	98.422	40.239

Caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia.

Em aplicações financeiras, a Companhia realiza aplicação em fundo de investimento de renda fixa de liquidez imediata, denominado “Extra Mercado”, constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo de duração indeterminado.

Em dezembro de 2024, os investimentos estão sendo investidos na modalidade de aplicação automática com os recursos disponíveis em conta corrente. As taxas são progressivas, conforme o tempo de permanência e, dessa forma, a operação é remunerada pela taxa aplicável ao prazo correspondente ao período do investimento e nenhuma das taxas incide sobre o período passado.

O saldo em aplicação financeira em dezembro de 2024, diz respeito ao recebimento de valores das flexibilizações aprovadas pela MP 1232/2024.

Ademais, destaca-se que no saldo em contas bancárias à vista, está contido o saldo de R\$ 9.504 mil de valores indisponíveis no momento (bloqueios judiciais).

12 Consumidores

Classes	2024			2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Residencial	812.824	80.204	893.028	808.737	119.352	928.089
Industrial	91.710	13.649	105.359	94.445	18.352	112.797
Comercial	323.248	24.630	347.878	328.425	42.458	370.883
Rural	23.895	2.335	26.230	24.309	3.795	28.104
Poder público	751.564	137.373	888.937	624.246	160.764	785.010
Iluminação pública	38.339	-	38.339	31.178	-	31.178
Serviço público	223.922	2.840	226.762	178.889	6.942	185.831
Outros	101.062	-	101.062	111.990	-	111.990
	2.366.564	261.031	2.627.595	2.202.219	351.663	2.553.882
(-) PECLD	(1.421.664)	(101.849)	(1.523.513)	(1.254.811)	(135.405)	(1.390.216)
	944.900	159.182	1.104.082	947.408	216.258	1.163.666

Os créditos decorrentes da venda de energia elétrica apresentam o seguinte detalhamento, por consumidores faturados e não faturados e parcelamentos abertos por classe:

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classes	2024			
	Faturados	Não Faturados	Parcelamentos	Total
Residencial	550.163	84.753	258.112	893.028
Industrial	65.930	483	38.946	105.359
Comercial	214.692	22.632	110.554	347.878
Rural'	14.226	2.613	9.391	26.230
Poder público	615.869	4.123	268.945	888.937
Iluminação pública	38.220	119	-	38.339
Serviço público	209.436	1.124	16.202	226.762
Outros	101.062	-	-	101.062
	1.809.598	115.847	702.150	2.627.595

Classes	2023			
	Faturados	Não Faturados	Parcelamentos	Total
Residencial	518.199	90.008	319.882	928.089
Industrial	69.234	561	43.002	112.797
Comercial	213.215	24.043	133.625	370.883
Rural	14.330	2.598	11.176	28.104
Poder público	500.038	4.137	280.835	785.010
Iluminação pública	30.961	217	-	31.178
Serviço público	169.008	1.027	15.796	185.831
Outros	111.990	-	-	111.990
	1.626.975	122.591	804.316	2.553.882

Contas a receber – Consumidores, Parcelamentos e Receita não Faturada

São compostos pelas faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos dos consumidores inadimplentes. As análises sobre os contratos de parcelamentos são feitas individualmente, segmentando as classes privadas e públicas, tendo em vista as diferenças comportamentais observadas nas negociações e o valor negociado.

A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência e, consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e a regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 414, emitida pela ANEEL.

Receita não faturada: contempla a energia vendida aos consumidores e que não é medida dentro do mesmo período. Tem como objetivo demonstrar um complemento do período de competência da energia consumida e ainda não medida, fato que ocorrerá no ciclo de faturamento subsequente. Seu cálculo é baseado no produto da multiplicação da média diária do consumo da unidade consumidora versus o número de dias não faturados.

Avaliação da perda esperada de crédito de liquidação duvidosa para clientes (contas a receber)

A Companhia adota o modelo de Provisão Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do *aging-list* das contas a receber das faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia através da

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

matriz de provisão, por classe de consumo, dada a característica de cada classe. A matriz de provisão estabelece os percentuais de risco de recebimento dos valores recebíveis de acordo com o *aging-list* das faturas de energia elétrica e das parcelas.

A matriz de provisão adotada é resultado do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos segregados por classe de consumo no período histórico analisado sobre a arrecadação dos últimos dois anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pela Companhia.

	2024		
	Faturados e Não Faturados	Parcelamentos	Total
Saldo contábil bruto	1.925.445	702.150	2.627.595
PECLD	(1.248.288)	(275.225)	(1.523.513)
(%)	65%	39%	58%

	2023		
	Faturados e Não Faturados	Parcelamentos	Total
Saldo contábil bruto	1.749.566	804.316	2.553.882
PECLD	(1.089.919)	(300.297)	(1.390.216)
(%)	62%	37%	54%

(a) Consumidores faturados e não faturados

O demonstrativo da **perda estimada** de consumidores faturados e não faturados por classe de consumidores e *aging* encontra-se discriminado abaixo:

Abertura por classe:

Classes	2024			2023		
	Saldo Contábil Bruto	Taxa média da Perda	Perdas estimadas	Saldo Contábil Bruto	Taxa média da Perda	Perdas estimadas
Residencial	634.916	44%	(280.822)	608.207	43%	(260.699)
Industrial	66.413	61%	(40.402)	69.795	63%	(44.218)
Comercial	237.324	47%	(110.654)	237.258	48%	(113.655)
Rural	16.839	14%	(2.327)	16.928	19%	(3.224)
Poder público	619.992	96%	(597.316)	504.175	98%	(492.067)
Iluminação pública	38.339	79%	(30.275)	31.178	85%	(26.482)
Serviço público	210.560	88%	(186.296)	170.035	88%	(149.378)
Outros	101.062	-	(196)	111.990	-	(196)
	1.925.445		(1.248.288)	1.749.566		(1.089.919)

(b) Parcelamentos

O demonstrativo da perda estimada de parcelamentos por classe de consumidores encontra-se discriminado abaixo:

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abertura por classe:

Classes	2024			2023		
	Saldo Contábil Bruto	Taxa média da Perda	Saldo Provisão	Saldo Contábil Bruto	Taxa média da Perda	Saldo Provisão
Residencial	258.112	17%	(44.945)	319.882	14%	(44.945)
Industrial	38.946	74%	(28.664)	43.002	65%	(28.003)
Comercial	110.554	32%	(35.051)	133.625	29%	(38.773)
Rural	9.391	13%	(1.221)	11.176	11%	(1.221)
Poder público	268.945	58%	(155.742)	280.835	63%	(176.373)
Serviço público	16.202	59%	(9.602)	15.796	70%	(10.982)
	702.150		(275.225)	804.316		(300.297)

A movimentação da PECLD está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	(1.390.216)	(1.342.337)
Adição	(38.336)	(197.457)
Reversão	96.215	250.145
Perdas com clientes	(191.176)	(100.567)
Saldo final	(1.523.513)	(1.390.216)

13 Concessionárias e permissionárias

Descrição	2024	2023
Encargos de uso da rede elétrica (Livre) (a)	50.410	53.870
Encargos elétrica de curto prazo (b)	13.167	24.162
(-) PECLD	(1.948)	(799)
Circulante	61.629	77.233
Encargos de uso da rede elétrica (Livre) (a)	187	355
Não circulante	187	355
	61.816	77.588

- (a) Apresenta o saldo dos valores a receber referentes aos Encargos de usos da rede elétrica (Consumidores Livres – Valores a receber referente ao transporte de energia dos consumidores da classe livre, inclusive parcelados). Inclui-se na PECLD, os créditos vencidos e a vencer, caso seja identificado débitos vencidos a partir de 60 dias.
- (b) Valores a receber decorrente das liquidações realizadas pela CCEE da operação no mercado de curto prazo. O prazo médio de recebimento desses valores é de 45 dias. Esses valores estão sujeitos à inadimplência do mercado.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da PECLD está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	(799)	(823)
Adição	(1.167)	(8)
Reversão	18	32
Saldo final	(1.948)	(799)

14 Tributos

Ativo	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
IR	-	31.651	-	27.822
CSLL	-	5.744	-	5.288
PIS/PASEP (a)	27.939	89.407	27.939	81.701
COFINS (a)	162.796	142.380	162.544	229.754
ICMS	-	538.565	-	572.620
ICMS CCC ISOL lei nº 12.111/09 (b)	-	402.154	-	402.154
Outros	1.151	-	1.151	-
	191.886	1.209.901	191.634	1.319.339

- (a) O total de R\$ 422.522 mil (R\$ 501.938 mil em 2023), decorre do regime de apuração não cumulativa, envolvendo gastos com materiais aplicados e consumidos na geração distribuída de energia elétrica, créditos da compra de combustíveis e da compra de energia elétrica. Tais créditos serão compensados com débitos apurados dessas mesmas contribuições, que influenciarão na alíquota efetiva a ser cobrada do consumidor cativo.
- (b) Conforme disposto no art. 3º, da Lei nº 12.111/09, os impostos fazem parte do custo total de geração de energia elétrica dos Sistemas Isolados. Com isso, os valores referentes ao ICMS, apurados como custo da geração, estão registrados na rubrica ICMS CCC - ISOL - Lei nº 12.111/09. Ressalta-se que, a referida Lei cita no mesmo art. 3º, § 8º, que no caso de efetivo aproveitamento via compensação dos créditos tributários referentes a valores reembolsados pela CCC, o agente deverá ressarcir o montante integral do crédito tributário aproveitado, por isso, se constitui uma obrigação no passivo não circulante de igual valor. Em 2020, com a finalização da primeira e segunda etapas da fiscalização da CCC realizada pela ANEEL, ainda permanece em provisão, os valores relativos ao período de julho/2017 a maio/2019 (vide Nota Explicativa 16.1.2). A partir de junho/2019, o Estado do Amazonas alterou a legislação do ICMS sobre a Energia Elétrica, cuja incidência se dá por substituição tributária.

Passivo	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS (c)	657.924	-	303.001	-
ISS/IPTU/TAXAS	2.786	-	2.995	-
Contribuição sociais	5.632	-	7.330	-
Tributos retidos na fonte	2.505	-	3.382	-
Outros	-	-	870	-
	668.847	-	317.578	-

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Do montante, o valor de R\$ 662.746 mil, é oriundo de parte do ICMS-ST notificado pela Sefaz/AM e ainda não pago, tendo em vista que a Companhia tem junto a Sefaz/AM diversos “pedidos de ressarcimentos”, que se encontram em fase final de análise pelo órgão, e esses créditos serão utilizados para quitar essa obrigação.

14.1 Tributos IRPJ e CSLL Diferidos

Descrição	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
IRPJ e CSLL Diferidos - MP 855/18 (a)	-	-	-	3.872
IRPJ e CSLL Diferidos - Sobras Físicas (b)	-	-	-	788
	-	-	-	4.660

	Movimentação por realização - IRPJ e CSLL		
	Saldo 2023	Baixa por realização	Saldo 2024
IRPJ e CSLL Diferidos - MP 855/18	3.872	3.872	-
IRPJ e CSLL Diferidos - Sobras Físicas	788	788	-
IRPJ e CSLL Diferidos - Despacho ANEEL 4069/21	-	-	-
Saldo Tributos Diferidos 31/12/2024	4.660	4.660	-

- (a) Referem-se aos valores oriundos da MP 855/2018 que estão sendo recebidos em 60 parcelas, por isso a Companhia constituiu um passivo diferido dos tributos incidentes sobre esses valores. Em 2021 foi baixada a glosa no montante de R\$ 308.609 mil conforme Ofício nº 398/2021 - SFF/ANEEL, o que reduziu o número de parcelas para 50.
- (b) A Companhia também registrou os tributos diferidos sobre a receita das sobras físicas oriundas da Portaria MME 385/2020, cujos valores estão sendo recebidos ao longo de 36 parcelas mensais, a partir de fevereiro de 2021.

14.2 Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL

A Companhia, em decorrência de prejuízos fiscais acumulados, possui na data base de 2023 (conforme sua ECF – Escrituração Contábil Fiscal do exercício de 2023) o montante de R\$ 15.572.719 mil de prejuízo fiscal de IRPJ e o montante de R\$ 15.591.605 mil de base negativa de CSLL, o que representa um crédito de R\$ 3.739.152 mil (sendo de IRPJ = R\$ 2.335.908 mil e de CSLL = R\$ 1.403.245 mil), o qual somente poderá ser aproveitado em apurações futuras de IRPJ e CSLL em caso de resultados contábeis positivos.

No momento, a Companhia ainda não atende aos critérios do Pronunciamento Técnico - CPC 32, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e por isso não constituiu o crédito fiscal diferido em sua contabilidade, em virtude de nos três últimos exercícios não ter apurado lucro, bem como não haver garantia de sua integral recuperação futura, face as suas projeções contábeis e fiscais para os próximos 05 (cinco) anos a contar do exercício social 2025.

É certo que de acordo com as regras fiscais atuais, não há previsão legal para que esses créditos fiscais diferidos, decorrentes de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, sejam corrigidos e remunerados, o que, ao longo dos anos produz uma perda financeira significativa, principalmente nos patamares em que se encontra a SELIC

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atualmente, o que motiva a Companhia a aproveitar possíveis oportunidades de negociação desses créditos com terceiros, quando autorizado por lei.

15 Almoxarifado operacional

Descrição	2024	2023
Matéria-prima e insumos	12.864	13.830
Material (a)	45.762	41.101
	58.626	54.931

(a) Os valores dos materiais de Manutenção, Operação e Administração tiveram uma variação positiva em 2024, principalmente devido à devolução de materiais retirados de rede, que foram incluídos no estoque de alienação. Esses itens estão atualmente aguardando avaliação para determinar sua destinação final. Além disso, ocorreram entradas de materiais devolvidos por fornecedores, que foram recuperados e adicionados ao estoque para reutilização. Adicionalmente, materiais utilizados em Ordens de Serviços (ODS) e não totalmente consumidos foram devolvidos ao estoque para utilização em outros projetos.

16 Direito de ressarcimento e obrigação de ressarcimento

A Companhia detém direitos e obrigações com a CCC, conforme apuração dos valores demonstrados no quadro a seguir:

Descrição - Direito de ressarcimento	2024	2023
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC (16.1.1)	474.891	444.809
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE – Sobrecontratação (16.1.3)	-	136.168
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (16.1.4)	30.663	48.938
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - MP 1232/24 (16.1.5)	278.054	-
Circulante	783.608	629.915

Descrição - Obrigação de ressarcimento	2024	2023
ICMS CCC – Não Circulante (16.1.2)	402.154	402.154

16.1 Movimentação da conta de consumo de combustível (CCC)

16.1.1 Movimentação da conta do Ativo

Ativo	2024	2023
Saldo anterior	444.809	866.949
Custo com combustíveis (a)	207.342	427.740
Compra de energia elétrica	5.247.436	6.136.980
Custo de geração própria (a)	110.342	146.678
(-) Custo do ACR (b)	(1.343.248)	(2.004.445)
(-) Valor recebido da CCC – ISOL (c)	(4.704.030)	(4.871.442)
Reprocessamentos de períodos anteriores	46.541	(5.767)
(-) Recebimentos Despacho ANEEL 4069/21	-	(94.110)
MP 1234/2024 – Reprocessamentos (d)	477.088	-
(-) Valor recebido MP 855/18 (e)	(11.389)	(157.774)
	474.891	444.809

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No Custo Total de Geração – CTG são considerados os contratos de compra de energia que tem base legal para reembolso, bem como os custos de geração própria.

- (a) Custos com combustíveis e geração própria: Apresentam redução tendo em vista a interligação ao Sistema Interligado Nacional – SIN de duas grandes usinas da Companhia (Parintins e Itacoatiara) a partir de maio/2023.
- (b) Custo do ACR-Ambiente de Contratação Regulada: O reembolso CCC reembolsa a diferença entre o custo total de geração da energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, do Sistema Interligado Nacional - SIN. Conforme Despacho Aneel 4.109/2023, o valor do custo médio da energia e potência comercializada pelos agentes de distribuição no Ambiente de Contratação Regulada – ACR médio para o ano civil de 2024 foi de R\$ 300,18/MWh (em 2023, o valor era de R\$ 348,72/MWh). Refere-se ao custo assumido pela Companhia.
- (c) Os valores recebidos (CCC) seguem a metodologia de apuração regulamentada pela ANEEL na REN nº 1.016/2022 e são processados pela CCEE por meio de informações disponibilizadas pela Distribuidora e de dados de medição coletados a partir do Sistema de Coleta de Dados - SCD.
- (d) MP 1234/2024 – Reprocessamentos CCC – Em 07/10/2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em resposta à Medida Provisória Nº 1.232, de 12 de junho de 2024, publicou o Despacho Nº 3.025, de 7 de outubro de 2024, que dentre outras, determinou o distrato dos Contratos de Comercialização de Venda de Energia (CCVE) e dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), de forma retroativa a data de 13/06/2024, e sua substituição, igualmente retroativa à mesma data, por Contratos de Energia de Reserva (CER) firmados com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Essa substituição retroativa resultou em: Ajustes nos reprocessamentos do reembolso da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), ajustes na escrita contábil da Companhia, além da necessidade de verificação de possíveis ajustes adicionais decorrentes de pagamentos já efetuados pela Amazonas Energia e reprocessados pela CCEE.

- (e) Trata-se dos valores oriundos da MP 855/18, em que a Companhia reconheceu em seu balanço tanto o direito a receber (direito de ressarcimento) quanto o passivo (empréstimos, financiamentos e debêntures) oriundo do Contrato de cessão de Créditos e Garantias junto ao banco Itaú.

16.1.2 Movimentação da conta do Passivo

Passivo	2024	2023
Reembolso de ICMS CCC - ISOL - Lei 12.111/09	402.154	402.154

O art. 3º, da Lei nº 12.111/09, dispõe que os impostos fazem parte do custo total de geração de energia elétrica dos Sistemas Isolados. Os valores referentes ao ICMS ressarcido pela CCC (jul/17 a mai/19), apurados no regime não-cumulativo, como custo de geração, estão registrados na rubrica ICMS CCC - ISOL - Lei nº 12.111/09 no ativo não circulante.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao mesmo tempo, a referida Lei cita no mesmo art. 3º, § 8º, que no caso de o beneficiário da conta CCC consiga realizar o aproveitamento tributário, via compensação dos créditos, de valores reembolsados pela CCC, o agente deverá ressarcir o montante integral do crédito fiscal aproveitado, por isso, se constitui uma obrigação no passivo não circulante de igual valor.

Essa sistemática está regulamentada pela ANEEL, na REN nº 1.016/22.

Em 2020, com a finalização da primeira e segunda etapas da fiscalização da CCC realizada pela ANEEL, ainda permanece em provisão, os valores relativos ao período de julho de 2017 a maio de 2019.

A partir de junho/2019, com a alteração da metodologia de apuração do ICMS cuja incidência se dá por substituição tributária não foram mais constituídos créditos fiscais e nem passivos a reembolsar.

16.1.3 Sobrecontratação

De acordo com a Portaria Normativa nº 38/GM/MME, de 23 de março de 2022, em seu art. 1º, deverá ser realizado mensalmente a apuração do efeito financeiro negativo ou positivo da sobrecontratação, observando que:

- i) o efeito financeiro negativo, será considerado como componente do custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, tendo a característica de ressarcimento à distribuidora pelo custo incorrido; e
- ii) o efeito financeiro positivo, deverá ser repassado à CCC;

Para fins de apuração dos efeitos financeiros são considerados os seguintes parâmetros:

- i) o preço médio de aquisição de energia no Sistema Interligado Nacional – SIN pela Companhia;
- ii) o montante de energia liquidado mensalmente pela Companhia no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e
- iii) o valor médio mensal do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD.

Destaca-se que em 07/10/2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em atendimento à Medida Provisória Nº 1.232, de 12 de junho de 2024, publicou o Despacho Nº 3.025, de 7 de outubro de 2024, que dentre outras, determinou o distrato dos Contratos de Comercialização e Venda de Energia Elétrica – CCVEs e Contrato de Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, de forma retroativa a data de 13/06/2024, e sua substituição, igualmente retroativa à mesma data, por Contratos de Energia de Reserva (CER) firmados com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

De acordo com a MP, os Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEE) referentes às usinas Jaraqui, Tambaqui, Cristiano Rocha, Manauara e Ponta Negra, além do contrato CCEAR de Aparecida foram convertidos em Contratos de Energia de Reserva (CER). Conversão essa, formalizada pelo Despacho nº 3.025/2024 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que aprovou a retroatividade da medida para o período a partir de 13 de junho de 2024.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O objetivo da conversão dos contratos foi resolver a questão da sobrecontratação da Amazonas Energia resultante dos Contratos CCVEs firmados com Produtores Independentes de Energia (PIEs) de Manaus, totalizando 407,507 MW de capacidade instalada. Essa sobrecontratação tem origem na desverticalização da empresa, que iniciou enquanto estatal e continuou após a privatização em 2019. Desde a interligação de Manaus ao Sistema Interligado Nacional (SIN) em 2015, parte da carga industrial migrou para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), o que contribuiu para uma sobrecontratação média de 40% (cerca de 400 MW).

Até 2020, os custos dessa sobrecontratação foram cobertos pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), mas, após esse período, passaram a impactar as tarifas dos consumidores amazonenses. Essa sobrecontratação também se deve à exigência do Operador Nacional do Sistema (ONS) de manter uma capacidade mínima para emergências.

Como o Despacho ANEEL 3025/2024 de 07/10/2024, determinou a substituição dos contratos acima referidos de forma retroativa, apurou-se, portanto, valores a devolver de sobrecontratação:

Ativo	2024	2023
Saldo anterior	136.168	192.626
Valores de constituição	386.152	992.216
(-) Valores recebidos	(650.813)	(1.048.674)
Valores a devolver (a)	128.493	-
Valores a receber	-	136.168

- a) Os valores recebidos referentes às competências junho (*pró-rata*), julho e agosto serão devolvidos ao fundo CDE.

16.1.4 Conta CDE

Compõem os valores da conta CDE:

Ativo	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
AIC – Indenização (Sobras Físicas)	-	-	2.374	-
AIC – Indenização	-	-	20.627	-
Subsídios (a)	30.663	-	25.936	-
	30.663	-	48.937	-

- (a) Trata-se dos valores oriundos da Diferença Mensal de Receita (subsídio Baixa Renda) e dos Subsídios para custear descontos tarifários (REH 3.333/2024)

16.1.5 MP 1232/2024 - Flexibilizações

Como é de conhecimento, em 13/06/2024, a Medida Provisória – MP 1.232/2024 foi publicada com o objetivo de garantir a continuidade do serviço de distribuição de energia elétrica no Amazonas. A MP implementou ações imediatas, incluindo a prorrogação de flexibilizações relacionadas a custos operacionais e fator de corte, por 120 dias, além de autorizar o repasse de custos associados a perdas não técnicas, receitas irrecuperáveis, custos operacionais,

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fator de corte e fator X, que excedam os limites repassáveis às tarifas dos consumidores locais, via fundo setorial da CCC, a partir da transferência do controle societário.

Como resultado da MP e a partir da assinatura do segundo termo aditivo ao contrato de concessão, a Amazonas Energia receberá via CCC, o repasse dos recursos das seguintes flexibilizações:

- Perdas Não Técnicas;
- Receitas Irrecuperáveis;
- Custos Operacionais e
- Fator X

Em 23/12/2024, a ANEEL emitiu a NT nº 203/2024 contendo a análise da cláusula 6ª do segundo aditivo do CC nº 01/2029, definindo os valores mensais das flexibilizações a serem repassados pela CCC à Amazonas (valores atualizados por meio do Memorando 09/2025-STR-ANEEL de 03/02/2025), conforme a seguir:

Componente	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Perdas não-técnicas	45.089	65.487	65.487	176.063
Custos operacionais	26.243	38.115	38.115	102.473
Fator X - Pd	819	1.190	1.190	3.199
Receitas irre recuperáveis	22.391	32.520	32.520	87.431
	94.542	137.312	137.312	369.166
Valores recebidos	(91.112)	-	-	(91.112)
Saldo a receber	3.430	137.312	137.312	278.054

Importante ressaltar que por outro lado, em razão da conversão dos contratos CCVEs em CER com data retroativa a junho/2024, a Amazonas Energia precisará devolver montante na ordem de R\$ 128.493 mil ao fundo CCC, montante que recebeu nesse período a título de sobrecontratação de energia, conforme explicitado na NE 16.1.3.

17 Ativos financeiros setoriais e Passivos financeiros setoriais

A conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A - CVA compensa os efeitos financeiros que ocorrem entre as datas de reajustes/revisões da Parcela A, conforme disposto na Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério da Fazenda.

Essa variação da CVA, da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Os valores registrados no circulante (ativo e passivo) correspondem exclusivamente às estimativas apuradas para a formação da CVA (Conta de Variação de Valores) a ser homologada no próximo reajuste tarifário anual, previsto para maio de 2023 (vide NE 10). É crucial ressaltar que os saldos da CVA em 31 de dezembro de 2023 refletem uma carga acumulada de 17 meses, devido ao Despacho ANEEL 2.689/2023, que modificou a revisão

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

tarifária ordinária de 1º de novembro de 2023 para 26 de maio de 2024. Esse fato justifica as variações nos saldos ao final de 31 de dezembro de 2023.

Os saldos desses ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, são conforme segue:

Parcela A – CVA	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Circulante				
Energia elétrica para revenda	360.914	494.463	206.843	-
Constituição bilaterais e pies	-	236.852	-	-
Constituição – CCEAR	-	378.446	-	629.066
Constituição de cotas	-	122.754	-	282.966
Constituição bandeiras	-	34.461	-	6.224
Constituição energia M3	376.558	-	389.964	-
Constituição de garantia financeira	64.335	-	2.623	-
Constituição risco hidrológico	-	64.807	-	133.917
Constituição Energia ICMST-ST	20.245	-	-	-
PROINFA - Prog. de Incentivo a Fontes Alternativas	882	9.978	-	-
PROINFA – constituição	-	2.739	-	1.223
Transporte de energia	31.159	8.206	-	-
Constituição de rede básica ponta – RB	39.016	-	78.601	-
Constituição de rede básica fora ponta – RB	18.472	-	42.789	-
Constituição glosa	-	6.921	-	53.971
Constituição encargos de energia reserva - EER	23.301	-	63.014	-
Constituição encargos serviços do sistema – ESS	23.028	-	11.842	-
Constituição bandeiras ESS	-	31.476	-	28.955
Constituição de encargo – CCEE	3.746	-	-	14.368
Encargos ESS/EER/TUSD/TE/TFSEE	72.363	-	-	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE	33.783	11.973	44.483	-
Constituição da conta de desenv. energético – CDE	-	3.178	-	-
	1.067.802	1.406.254	840.159	1.150.690
Outros Itens Financeiros				
Neutralidade da Parcela A	4.221	21.059	-	-
Outros Itens Financeiros	1.404	39	-	-
	5.625	21.098	-	-
Demais passivos setoriais				
Constituição de ultrapassagem de demanda	-	27.112	-	34.535
Constituição de excedente de reativo	-	29.797	-	30.850
	-	56.909	-	65.385
	1.073.427	1.484.261	840.159	1.216.075

- (a) **Bilaterais e PIEs:** Os contratos PIE's (Produtores Independentes de Energia – a Preço de Energia de Reserva) e bilaterais compõem 38,26% do portfólio da distribuidora, representando a segunda maior parcela. O preço médio desses contratos, que é incorporado à tarifa com base no ACR (Ambiente de Contratação Regulado) médio, é de R\$ 326,74 por MWh. Durante todo o ciclo, nota-se que a tarifa média é de R\$ 303,42 por MWh. Isso resulta em uma diferença positiva, indicando um ativo ao longo do ciclo, uma vez que a tarifa cobrada do consumidor foi menor do que o preço de realização.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) **Energia - M3:** A variação observada foi impulsionada pela elevada demanda de energia nos meses de setembro a dezembro de 2023, decorrente das altas temperaturas registradas em todo o Brasil. Esse fenômeno provocou consideráveis oscilações no Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) durante o período em questão. Além disso, o recorde de consumo de energia tanto no Amazonas quanto no sistema interligado também contribuiu para esse cenário.
- (c) **CCEAR:** Devido à fatia significativa que os contratos CCEAR's representam no portfólio da empresa (53,33%), o elevado passivo calculado durante o ciclo tarifário pode ser explicado pela diferença média entre os preços desses contratos e o preço médio de compra de energia (PMIX). Com os contratos CCEAR's apresentando um preço médio de R\$ 256,36 por MWh e o PMIX estabelecido em torno de R\$ 303,67 por MWh, é esperado que a ANEEL ressarça os consumidores durante a apuração, levando em conta essa disparidade de preços e a necessidade de ajuste tarifário.
- (d) **Cotas:** O passivo identificado durante o período tarifário abrangendo agosto de 2022 a dezembro de 2023 pode ser atribuído à disparidade entre os preços das cotas e o preço médio de compra de energia (pmix) estabelecido na tarifa. Enquanto as cotas apresentaram uma performance média de R\$ 179,60 por MWh, o pmix médio foi de aproximadamente R\$ 303,67 por MWh, logo a diferença será ressarcida ao consumidor no ciclo (2024), que será homologado pela ANEEL a partir de 26 de maio de 2024.

Os valores residuais líquidos registrados como valores a receber e devolver de parcela A e outros itens financeiros apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

Ativo circulante - CVA	2023	Adições	Amortiz.	Atualiz.	2024
Energia elétrica para revenda	-	1.032.294	(688.196)	16.816	360.914
Constituição bilaterais e pies	206.843	(190.277)	-	(16.566)	-
Constituição energia M3	389.964	17.514	-	(30.920)	376.558
Constituição de garantia financeira	2.623	61.843	-	(131)	64.335
Constituição Energia ICMST-ST	-	20.245	-	-	20.245
PROINFA Prog. Incentivo às Fontes Alternativas	-	2.647	(1.765)	-	882
Transporte de energia-RB	-	81.235	(54.157)	4.081	31.159
Constituição de rede básica ponta - RB	78.601	(32.578)	-	(7.007)	39.016
Constituição de rede básica fora ponta - RB	42.789	(20.176)	-	(4.141)	18.472
Constituição encargos energia de reserva - EER	63.014	(34.227)	-	(5.486)	23.301
Constituição encargos serviços do sistema - ESS	11.842	10.720	-	466	23.028
Constituição de encargo - CCEE	-	3.601	-	145	3.746
Encargos ESS/EER/TUSD/TE/TFSEE	-	217.088	(136.854)	(7.871)	72.363
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	94.484	(62.989)	2.288	33.783
Constituição conta desenvolv. energético - CDE	44.483	(39.795)	-	(4.688)	-
Outros Itens Financeiros					
Neutralidade da Parcela A	-	12.664	(8.443)	-	4.221
Outros Itens Financeiros	-	4.213	(2.809)	-	1.404
Subtotal	840.159	1.241.495	(955.213)	(53.014)	1.073.427

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo circulante - CVA	2023	Adições	Amortiz.	Atualiz.	2024
Energia elétrica	-	1.162.090	(774.727)	107.100	494.463
Constituição bilaterais e pies	-	225.762	-	11.090	236.852
Constituição - CCEAR	629.066	(203.379)	-	(47.241)	378.446
Constituição cotas garantia financeira	282.966	(171.569)	-	11.357	122.754
Constituição bandeiras	6.224	28.155	-	82	34.461
Constituição risco hidrológico	133.917	(71.005)	-	1.895	64.807
PROINFA Prog. Incentivo às Fontes Alternativas	-	28.152	(18.768)	594	9.978
Constituição - PROINFA	1.223	1.250	-	266	2.739
Rede Básica	-	24.618	(16.412)	-	8.206
Constituição glosa	53.971	(40.363)	-	(6.687)	6.921
Constituição bandeiras ESS	28.955	4.632	-	(2.111)	31.476
Constituição CCEE encargo	14.368	(11.851)	-	(2.517)	(0)
Custo parcela A-CVA/CCC/CDE	-	35.915	(23.942)	-	11.973
CDE - Energia	-	3.150	-	28	3.178
Neutralidade da parcela A	-	63.178	(42.119)	-	21.059
Sobrecontratação de energia	-	-	-	-	-
	1.150.690	1.078.735	(875.968)	73.856	1.427.313
Outros Itens Financeiros					
Outros Itens Financeiros	-	118	(79)	-	39
Demais passivos setoriais					
Ultrapassagem de Demanda	34.535	10.502	(17.925)	-	27.112
Excedente de Reativo	30.850	14.733	(15.786)	-	29.797
Subtotal	65.385	25.235	(33.711)	-	56.909
Total	1.216.075	1.104.088	(909.758)	73.856	1.484.261

18 Encargos Setoriais a Compensar e Pagar

A SFF/ANEEL realizou fiscalização da movimentação financeira dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Eficiência Energética – EE, da Amazonas Energia S.A., do período de 01 de janeiro de 2013 a 30 de agosto de 2020, cuja conclusão e recomendações constou das Notas Técnicas nº 105/2022-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2022 e nº 218/2022-SFF/ANEEL, de 25 de novembro de 2022.

Por consequência, por meio do Despacho nº 3.418, de 28 de novembro de 2022, no âmbito de processo fiscalizatório relativo ao recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE dos valores referentes aos saldos dos passivos de recursos PEE e P&D não comprometidos com programas contratados ou iniciados, determinou, entre outros: a cobrança adicional, dos valores fixados para a Amazonas Energia no montante adicional de R\$ 9.286.708,82, (nove milhões e duzentos e oitenta e seis mil e setecentos e oito reais e oitenta e dois centavos), na posição de agosto/2020, relativo à diferença apurada pela fiscalização do saldo “passivo” não comprometido do P&D, e o montante de R\$ 13.737.453,65 (treze milhões e setecentos e trinta e sete mil e quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos), relativo à diferença apurada pela fiscalização do saldo “passivo” não comprometido do PEE.

A Amazonas Energia interpôs recurso com pedido de efeito suspensivo, questionando o prazo para pagamento e no qual solicitava que o montante fosse parcelado. A Diretoria da ANEEL, por meio do Despacho nº 3.719, de 29 de dezembro de 2022, no mérito, decidiu que a CCEE

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

suspendesse a cobrança adicional dos valores até o julgamento definitivo do Recurso Administrativo interposto, que está pendente de julgamento.

Contudo, mesmo após o encerramento de todo o processo de fiscalização, foi desenvolvido pela Distribuidora um trabalho de revisão dos números apurados pela fiscalização da SFF, bem como dos números fornecidos pela AmE, tendo sido identificado equívocos na apuração da Receita Operacional Líquida (ROL), de todo o período fiscalizado.

Ocorre que ocorreu equívoco ao não desconsiderar a Receita Regulatória constituída em contrapartida da Conta de Variação da Parcela A, decorrente da sobrecontratação, ou seja, a AMAZONAS ENERGIA vinha constituindo contabilmente o valor da sobrecontratação como se fosse uma Receita Regulatória.

Assim, a Companhia reapurou as bases de cálculo da ROL Regulatória, retirando, portanto, os valores registrados a título de sobrecontratação.

Essa prática de considerar os valores da sobrecontratação como receita ainda ocorreu durante todo o exercício de 2022. Somente ao final do exercício de 2022 é que foi reanalisada a situação e verificado o equívoco, culminando com o fim da fiscalização da movimentação financeira dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Eficiência Energética – EE

Portanto, após a reapuração dos valores verificou-se pagamento a maior, reflexo de uma base de cálculo majorada pelos valores de sobrecontratação.

A Companhia entrou com pedido junto ao órgão regulador solicitando a revisão dos números e ao final de 2024 ainda aguarda o desfecho da situação pelo órgão regulador.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo apresenta os valores e saldos reapurados e que estão expressos nesta Demonstração Financeira:

	<u>Saldo Ago/2020</u>	<u>Set/2020 a Dez/2022</u>	<u>Jan/2023 a Dez/2023</u>	<u>Jan/2024 a Dez/2024</u>	<u>Atualiz.</u>	<u>Total</u>	<u>Valor pago</u>	<u>Valor a compensar</u>	<u>Valor a recolher</u>
ROL FINAL	-	11.161.874	4.300.015	4.936.365					
(=) Valor a Aplicar em P&D e PEE (1%)	-	111.619	43.000	49.364					
<u>PEE - Programa de Eficiência Energética</u>									
PEE - Programa de Eficiência Energética	10.512	-	-	-	5.048	15.560	-	-	15.560
PEE - Programa de Eficiência Energética	-	31.253	9.194	13.822	13.312	67.581	-	-	67.581
CDE - Conta Desenvolvimento Energético	-	13.394	3.940	5.924	-	23.258	23.796	1.231	693
<u>P&D - Pesquisa e Desenvolvimento</u>									
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento	7.674	-	-	-	3.685	11.359	-	-	11.359
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento	-	15.627	7.443	6.911	7.224	37.205	-	-	37.205
CDE - Conta Desenvolvimento Energético	-	6.697	3.190	2.962	-	12.849	14.326	1.823	346
MME - Ministério de Minas e Energia	974	11.162	5.317	4.936	234	22.623	24.217	2.171	577
FNDCT	1.145	22.324	10.633	9.873	230	44.205	47.270	4.219	1.154
PROCEL	10.728	11.162	3.283	4.936	3.299	33.408	25.706	-	7.702
	<u>31.033</u>	<u>111.619</u>	<u>43.000</u>	<u>49.364</u>	<u>33.032</u>	<u>268.048</u>	<u>135.315</u>	<u>9.444</u>	<u>142.177</u>

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativo - A compensar				
PEE-CDE-Conta de desenvolvimento energético	1.232	-	658	-
P&D-CDE-Conta de desenvolvimento energético	1.823	-	2.187	-
MME-Ministério de Minas e Energia	2.171	-	3.334	-
FNDCT	4.218	-	6.579	-
	9.444	-	12.758	-
	2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Passivo - A recolher				
PEE-CDE-Conta de desenv energético < AGO/20*	-	15.561	-	14.034
PEE-CDE-Conta de desenv energético > SET/20*	-	67.581	-	51.107
P&D-CDE-Conta de desenv energético < AGO/20*	1.040	3.685	-	2.571
P&D-CDE-Conta de desenv energético > SET/20*	-	7.674	-	7.674
MME - Ministério de minas e energia	577	-	-	-
FNDCT	1.154	-	-	-
Eficiência Energética - EE	4.403	-	10.110	-
PROCEL	3.299	-	2.295	-
Recurso em poder da empresa	-	37.205	-	25.541
	10.473	131.706	12.405	100.927

19 Outros ativos

	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Empregados	2.724	-	2.457	-
Serviços prestados a terceiros (a)	9.260	6.770	11.080	-
Outros devedores	1.964	19.717	1.657	19.717
Administradora Stone (b)	13.244	-	28.112	-
Serv. em curso, desativações e alienações (c)	20.976	-	42.688	-
Despesas pagas antecipadamente (d)	7.110	1.514	8.719	6.675
	55.278	28.001	94.713	26.392

- (a) Refere-se aos créditos relativos ao compartilhamento de infraestrutura;
- (b) Refere-se aos valores de saldo a receber junto a administradora do Cartão de Crédito (recebimentos de faturas de energia com cartão de crédito);
- (c) Refere-se a valores de serviços prestados em campo, próprios ou para terceiros, que ainda dependem do encerramento do projeto para ser transferido para a despesa.
- (d) Referente especialmente aos valores de prêmios de seguros e quota Proinfa janeiro/2025.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 Ativo contratual e ativo financeiro

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pela norma NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ITG 01 (R1) – Contratos da Concessão, foram classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção).

(a) Movimentação do ativo contratual

Geração			
Ativos de Contrato	Vinculados à concessão Em curso	Obrigações Especiais Em curso	Total
Em 31/12/2023	(55.065)	47	(55.018)
Transferências - Reclassificações	(18)	55.036	55.018
Em 31/12/2024	(55.083)	55.083	-
Distribuição			
Ativos de Contrato	Vinculados à concessão Em curso	Obrigações Especiais Em curso	Total
Em 31/12/2023	1.069.504	(440.940)	628.564
Adições	302.274	(38.915)	263.359
Transferências para o intangível (NE 21)	(370.790)	182.906	(187.884)
Transferências para ativo financeiro (NE 20.b)	(27.514)	206	(27.308)
Transferências – Reclassificações	-	(56.363)	(56.363)
Em 31/12/2024	973.474	(353.106)	620.368
	918.391	(298.023)	620.368

(b) Movimentação do ativo financeiro

Geração			
Ativo Financeiro – Concessão	Vinculados à concessão Em serviço	Obrigações Especiais Em serviço	Total
Em 31/12/2023	3.966	-	3.966
Baixas de ativos da concessão	(54)	-	(54)
Reconhecimento do valor justo	12.855	-	12.855
Em 31/12/2024	16.767	-	16.767

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Distribuição	Vinculados à concessão Em serviço	Obrigações Especiais Em serviço	Total
Ativo Financeiro – Concessão			
Em 31/12/2023	1.533.002	(9.601)	1.523.401
Transferências de Ativo de Contrato (NE nº 20.a)	27.514	(207)	27.307
Reconhecimento do valor justo	(5.121)	-	(5.121)
Em 31/12/2024	1.555.395	(9.808)	1.545.587
	1.572.162	(9.808)	1.562.354

A prestação do serviço ocorre nos termos e condições estabelecidos no Contrato de Concessão nº 01/2019-ANEEL, de 11 de abril de 2019.

Com base nas características e condições estabelecidas no Contrato de Concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 (R1) - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica CTG 05 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientação sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração e distribuição elétrica.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo Ativo Imobilizado da Companhia é recuperada através de duas formas, a saber:

- Consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão;
- Indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem este delegar ou licitar.

Essa indenização é o valor pago para compensar os investimentos realizados nesses bens reversíveis que ainda não foram totalmente amortizados ou depreciados ao longo do período da concessão.

A indenização dos bens reversíveis é um componente crucial para assegurar que os serviços públicos de infraestrutura, como a distribuição de energia elétrica, continuem a ser prestados de maneira eficiente e sem interrupções. Esse mecanismo protege os investimentos das concessionárias e garante a continuidade e a qualidade dos serviços oferecidos à população.

21 Intangível

Descrição	2024	2023
Contrato de Concessão nº 01/2019 - Vigente até 10/04/2049 – Geração	5.115	41.149
Contrato de Concessão nº 01/2019 - Vigente até 10/04/2049 – Distribuição	1.236.581	1.130.515
Intangíveis não Vinculados à Concessão - Softwares e Direito de Uso	47.046	52.470
	1.288.742	1.224.134

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem estimado e limitado à data do contrato de concessão, conforme ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com a adoção da ITG 01 (R1), o valor de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de Intangíveis das Concessões - ITG 01 (R1).

Este grupo é formado pelo intangível vinculado à concessão que corresponde ao direito de uso da concessão (bens do imobilizado os quais foram bifurcados) e os demais direitos, que já faziam parte deste grupo e não foram bifurcados (que corresponde à rubrica "Outros"), conforme demonstrado no quadro acima.

Os ativos que compõem esse grupo, são recursos não físicos que proporcionam benefícios econômicos futuros e são essenciais para a competitividade e eficiência da empresa.

A gestão eficiente dos ativos intangíveis é essencial para uma empresa distribuidora de energia. Eles não só representam uma parte significativa do valor total da empresa, mas também são fundamentais para a inovação, eficiência e competitividade. Investir no desenvolvimento e proteção desses ativos pode proporcionar benefícios econômicos duradouros e sustentar o crescimento a longo prazo.

Movimentação do ativo intangível

Intangível Vinculado à Concessão	Vinculados à concessão	Obrigações Especiais	
Geração	Em serviço	Em serviço	Total
Em 31/12/2023	41.149	-	41.149
Quotas de Amortização - Concessão 01/2019	(1.276)	2	(1.274)
Baixas de ativos da concessão	(34.641)	-	(34.641)
Reclassificações	-	(119)	(119)
Em 31/12/2024	5.232	(117)	5.115

Intangível Vinculado à Concessão	Vinculados à concessão	Obrigações Especiais	
Distribuição	Em serviço	Em serviço	Total
Em 31/12/2023	3.342.093	(2.211.578)	1.130.515
Transferências de Ativo de Contrato (NE nº 20.a)	370.791	(182.906)	187.885
Quotas de Amortização - Concessão 01/2019	(182.753)	91.219	(91.534)
Baixas de ativos da concessão	9.715	-	9.715
Em 31/12/2024	3.539.846	(2.303.265)	1.236.581

Intangível Não Vinculado à Concessão	Vinculados à concessão	Obrigações Especiais	
Distribuição	Em serviço	Em curso	Total
Em 31/12/2023	39.040	13.430	52.470
Adições	-	7.067	7.067
Transferências	13.869	(13.869)	-
Quotas de Amortização	(12.491)	-	(12.491)
Em 31/12/2024	40.418	6.628	47.046
	3.585.496	(2.296.754)	1.288.742

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de geração e distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de geração e distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao novo prazo de concessão (vide Nota Explicativa nº 2.1).

Para o cálculo da amortização dos bens que compõem a infraestrutura é utilizada a taxa média anual tendo sido utilizada no período 3,96% para a geração e 3,85% para a distribuição (3,55% para a Geração e 3,69% para a distribuição em 2023).

22 Imobilizado

Os valores registrados neste grupo compreendem os bens de uso administrativo e os ativos. Seguem as rubricas que compõem esse grupo:

A movimentação do grupo de contas está demonstrada a seguir:

Geração				
Imobilizado	Em Serviço	Em Curso	Obrigações Especiais	Total
Em 31/12/2023	160	-	-	160
Quotas de Depreciação	(79)	-	-	(79)
Reclassificações	-	17	-	17
Em 31/12/2024	81	17	-	98
Administração/Distribuição				
Imobilizado	Em Serviço	Em Curso	Obrigações Especiais	Total
Em 31/12/2023	125.496	6.521	(38.656)	93.361
Adições	-	1.316	-	1.316
Transferências	1.713	(266)	-	1.447
Quotas de Depreciação	(11.950)	-	-	(11.950)
Baixa do imobilizado	(94)	-	-	(94)
Em 31/12/2024	115.165	7.571	(38.656)	84.080
Total	115.246	7.588	(38.656)	84.178

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro (UC), conforme determina a Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quadro de transferências - Ativo financeiro, contratual, intangível e imobilizado

As transferências são realizadas entre os grupos de Ativo financeiro, Intangível e Imobilizado, não somente dentro do próprio grupo. Dessa forma, as transferências devem ser visualizadas no conjunto dos grupos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	2024	2023
Ativo financeiro	27.307	124.056
Ativo contratual	(215.192)	(503.957)
Intangível	187.885	379.901
	-	-

23 Análise do valor de recuperação de ativos não financeiros

Para o exercício de 2024, com base nas premissas adotadas e nos cálculos, apurou-se um excesso do valor uso comparado ao valor contábil do ativo intangível, não havendo necessidade de provisão por *Impairment* do Contrato de Concessão nº 01/2019.

As premissas do fluxo de caixa estão alinhadas com a norma contábil NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

As principais premissas utilizadas na elaboração do teste de recuperabilidade realizadas e projetadas foram:

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções do “Plano de Transferência de Controle – Plano”, tendo como principais premissas:

- Fluxo de caixa real (sem inflação);
- Data base do teste 31/12/2024;
- Dados realizados até 31/12/2024;
- Período da análise: de 1º de janeiro de 2025 até 30 de abril de 2049;
- Taxa de desconto: WACC 7,66% a.a em termos reais, conforme definido pela ANEEL - Despacho nº 894, de 21/03/2024 - para as empresas distribuidoras;
- Considerar Capital de giro e sua variação no fluxo de caixa;
- Investimentos previstos no “Plano de Transferência”;
- Premissa de mercado conforme “Plano de Transferência”;
- Tarifa: utilizada a última tarifa homologada pela ANEEL e novas projeções para a revisão tarifária ordinária (em 2025 e 2029) e os reajustes periódicos (2025 a 2030);
- Impostos e deduções da receita: utilizada as mesmas alíquotas efetivas ocorridas em 2024;
- Encargos setoriais: utilizadas as informações do reajuste homologado em 2024 e projeções de 2025 a 2030;
- Encargos de Uso do Sistema: utilizada as informações do reajuste homologado em 2024;
- Perdas: utilizado o cenário considerado no “Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2019), o qual prevê uma curva de redução das perdas compatível com a complexidade da concessão;
- Compra de energia
 - ✓ Preço: utilizada a tarifa média de compra de energia dos contratos;
 - ✓ Quantidade: utilizar a energia efetivamente contratada e comparar com a energia necessária (mercado + perdas), se tiver sobrecontratado vender o excedente nos

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mecanismos de venda MCSD, MVE e MCP; se tiver subcontratado comprar no MCP.

- PLD: previsão de 1 ano para o submercado Norte informado pela CCEE;
- PMSO: utilizado os valores previstos nas projeções financeiras;
- Provisões: dados realizados até 31/12/2024 e novas projeções com base no “Plano de Transferência”.

24 Fornecedores

Descrição – Circulante	2024	2023
Encargos do Uso da Rede Elétrica	4.682	20.560
Fornecedores de energia (a)	2.223.969	1.484.234
Materiais e Serviços	106.806	283.754
Parcelamentos	35.947	53.097
Outros	127	162
	2.371.531	1.841.807
Descrição – Não Circulante		
Parcelamentos	-	3.285

As obrigações com fornecedores decorrem da compra de energia elétrica para revenda, compra de combustíveis e pelo fornecimento de materiais e serviços.

- (a)** Representa os contratos de Compra e Venda de Energia para a Companhia, destacando principalmente o fornecimento da AmGT/Eletronorte no montante de R\$ 1.916.779 mil (desse montante o valor de R\$ 495.924 mil são encargos financeiros).

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25 Empréstimos e financiamentos

Empréstimos	Encargos (%)	2024			2023		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
RGR	7%+CRC ¹	14.440	27.525	41.965	16.918	41.965	58.883
RO (a)	CDI+3%	3.686.972	2.722.668	6.409.640	2.407.348	3.066.584	5.473.932
Parcelamento AIC (b)	CDI+3%	-	-	-	136.857	-	136.857
Parcelamento Eletronorte (c)	CDI+2,75%	2.790.795	272.659	3.063.454	1.959.526	530.847	2.490.373
Parcelamento Itaú	SELIC+111%	102.335	-	102.335	231.432	-	231.432
Parcelamento Breitener (d)	SELIC+124,75%	292.425	47.810	340.235	129.655	137.477	267.132
Machado Meyer	IPCA-E+0,5% a.m	-	-	-	15.520	-	15.520
Acordos parcelados	SELIC+124,75%	2.463	-	2.463	17.245	-	17.245
Mútuos – Oliveira Energia (e)	CDI+2,75%	111.243	-	111.243	175.387	-	175.387
Mútuos – Roraima Energia (e)	CDI+2,75%	106.049	-	106.049	92.895	-	92.895
Mercado Curto Prazo-MCP (f)	-	161.227	-	161.227	-	-	-
		7.267.949	3.070.662	10.338.611	5.182.783	3.776.873	8.959.656

(1) Comissão de reserva de crédito 1% (um por cento) ao ano calculado sobre o saldo não desembolsado do crédito.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) **Recursos Ordinários – RO** – Referem-se a contratos de financiamentos que visavam a captura de recursos para cobertura de déficit operacional e até financiamento de Projetos como o Energia+ (redução de perdas, melhoria da qualidade do serviço, recadastramento cadastral, regularização de clandestinos, início da digitalização da medição).
- (b) **Parcelamento AIC Ressarcível – Eletrobras – Contrato de Ressarcimento** – Trata-se do contrato de ressarcimento celebrado entre Eletrobras/Amazonas/Oliveira Energia, em novembro/2021, em que foi registrado um montante de R\$ 419.959 mil, devidos à vendedora (Eletrobras), a título de pagamento pelos Ativos Imobilizado em Curso – AICs ressarcíveis correspondentes a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme itens 5.1, inciso XXI e 5.3, do Contrato de Compra e Venda de Ação e Outras Avenças, assinado em 10 de abril de 2019, resultado do Leilão 2/2018-PPI/PND/Amazonas Energia. O montante mencionado está sendo ressarcido à Eletrobras em 36 parcelas mensais.
- (c) **Parcelamento Eletronorte** - Trata-se dos Instrumentos de Confissão de Dívida – ICDs, entre a Amazonas Energia S.A. e a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A – AmGT, cuja causa principal da dívida decorre de sobrecontratação involuntária. Ao todo, foram firmados 4 Instrumentos de Confissão de Dívidas, quais sejam:
- (i) Instrumento firmado em 19/12/2019, no montante de R\$ 291.027 mil, com carência de pagamento de principal até 31/10/2020 e amortização em 36 parcelas mensais.
 - (ii) Instrumento firmado em 30/10/2020, no montante equivalente a R\$ 841.178 mil com carência de 4 meses, e liquidação em 56 parcelas mensais com término em outubro de 2025;
 - (iii) Instrumento firmado em 31/12/2020, no montante de R\$ 372.262 mil, com carência de 4 meses e 36 parcelas mensais, até abril de 2024.
 - (iv) Instrumento firmado em 28/07/2021, no montante de R\$ 808.750 mil, com carência até 30/06/2022 e 60 parcelas mensais, iniciando o pagamento em 17/07/2022 e finalizando em junho de 2027.
- (d) **Parcelamento Breitener** – Acordo judicial sobre diversas ações judiciais, cujo objetos são: cobrança de encargos moratórios, diferenças de faturamento do Anexo G, ação de cobrança c/c obrigação de não fazer para impedir aplicação de penalidades por indisponibilidade de potência, ação de cobrança de faturamentos a menor da Potência Contratada, entre novembro de 2016 e junho de 2017, em razão de Aditivo Contratual firmado entre as Partes, ação anulatória que busca declarar a ilegalidade de glosas realizadas pela Companhia, relativas às penalidades aplicadas por indisponibilidade de potência.
- (e) **Mútuos Financeiros** – Em vista da delicada situação econômico-financeira vivenciada pela Companhia, conforme destacado nas Notas Explicativas 1 e 26.4, e em razão da possibilidade de inadimplemento com a geradora responsável pelo suprimento/fornecimento de energia na Capital Manaus, em conformidade com os contratos de energia existentes, o que causaria a negativação junto à ANEEL, assim como traria prejuízos irreparáveis para a continuidade operacional da Companhia, fez-se

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

necessário a contratação de mútuo financeiro com partes relacionadas a fim de evitar maiores danos já mencionados.

- (f) **Mercado de Curto Prazo – MCP** – Trata-se do parcelamento do montante referente ao débito da Liquidação Financeira do MCP (LF-MCP) do mês de outubro/2024, no valor de 152.782.090,71 (cento e cinquenta e dois milhões setecentos e oitenta e dois mil e noventa reais e setenta e um centavos), em 12 (doze) parcelas

25.1 Movimentação dos empréstimos nos exercícios

A composição dos empréstimos tem seus vencimentos assim programados

	2024	2023
2024	6.005.307	5.182.783
2025	1.262.643	708.196
2026	587.859	585.875
2027	447.966	447.966
2028	343.916	343.916
Após 2028	1.690.920	1.690.920
	10.338.611	8.959.656

Movimentação dos empréstimos nos exercícios:

	2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo no início do exercício	2.561.123	3.108.549	1.340.310	3.590.798
Transf. entre circulante e não circulante	358.356	(358.356)	482.249	(482.249)
Encargos financeiros provisionados	946.458	-	921.876	-
Encargos financeiros pagos	(10.091)	-	(26.788)	-
Pagamentos de principal	(151.913)	-	(149.739)	-
Imposto de renda	-	-	(1.508)	-
Imposto de renda (compensação)	(2.521)	-	(5.277)	-
Saldo – Eletrobras	3.701.412	2.750.193	2.561.123	3.108.549
Saldo no início do exercício	1.959.526	530.847	1.157.928	860.743
Transf. entre circulante e não circulante	258.204	(258.204)	329.896	(329.896)
Encargos financeiros provisionados	573.065	16	471.702	-
Saldo – Eletronorte	2.790.795	272.659	1.959.526	530.847
Saldo no início do exercício	231.432	-	382.217	95.555
Transf. entre não circulante e circulante	-	-	95.555	(95.555)
Atualização	(7.732)	-	-	-
Constituição	-	-	106.765	-
Pagamentos	(121.365)	-	(353.105)	-
Saldo – ITAÚ	102.335	-	231.432	-
Saldo no início do exercício	129.655	137.477	91.700	229.128
Transf. entre circulante e não circulante	91.651	(91.651)	91.651	(91.651)
Encargos financeiros provisionados	71.119	-	-	-
Pagamentos de principal	-	1.984	(53.696)	-
Saldo – Breitener	292.425	47.810	129.655	137.477

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(Continuação)	2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo no início do exercício	15.520	-	26.605	15.520
Transf. entre circulante e não circulante	-	-	15.520	(15.520)
Pagamentos de principal	(15.520)	-	(26.605)	-
Saldo - Machado Meyer	-	-	15.520	-
Saldo no início do exercício	17.245	-	2.000	-
Constituição	1.702	-	35.000	-
Pagamentos de principal	(16.484)	-	(19.755)	-
Saldo - Acordos Parcelados	2.463	-	17.245	-
Saldo no início do exercício	175.387	-	-	-
Constituição	-	-	210.725	-
Encargos financeiros provisionados	-	-	4.753	-
Encargos financeiros pagos	-	-	(4.753)	-
Pagamentos de principal	(79.190)	-	(52.532)	-
Atualização monetária	15.046	-	17.194	-
Saldo – Mútuos Oliveira	111.243	-	175.387	-
Saldo no início do exercício	92.895	-	-	-
Constituição	-	-	88.000	-
Atualização monetária	13.154	-	4.895	-
Saldo – Mútuos Roraima	106.049	-	92.895	-
Saldo no início do exercício	-	-	-	-
Constituição	152.782	-	-	-
Atualização monetária	8.445	-	-	-
Saldo – Mútuos Roraima	161.227	-	-	-
Saldo no final do exercício	7.267.949	3.070.662	5.182.783	3.776.873

25.2 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

A Companhia vincula a sua receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos, a satisfação da Eletrobras, formalizada na assinatura de alguns contratos. Durante o prazo de vigência dos mesmos e/ou até que os saldos devedores decorrentes destes instrumentos estejam totalmente quitados, a garantia pactuada poderá ser, a critério, objeto de revisão, complementação ou substituição, com o que a Companhia se compromete a atender a notificação da Eletrobras, sob pena de vencimento antecipado da totalidade da dívida.

25.3 Instrumentos de Confissão de Dívidas – AmGT

Trata-se dos Instrumentos de Confissão de Dívida – ICDs, entre a Amazonas Energia S.A. e a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A – AmGT, cuja causa principal da dívida decorre de sobrecontratação involuntária.

Ao todo, foram firmados 4 Instrumentos de Confissão de Dívidas, quais sejam:

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Instrumento firmado em 19 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 291.027, com carência de pagamento de principal até 31 de outubro de 2020 e amortização em 36 parcelas mensais.
- (ii) Instrumento firmado em 30 de outubro de 2020, no montante equivalente a R\$ 841.178 com carência de 4 meses, e liquidação em 56 parcelas mensais com término em outubro de 2025;
- (iii) Instrumento firmado em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 372.262, com carência de 4 meses e 36 parcelas mensais, até abril de 2024; e
- (iv) Instrumento firmado em 28 de julho de 2021, no montante de R\$ 808.750, com carência até 30 de setembro de 2022 e 60 parcelas mensais, iniciando o pagamento em 17 de julho de 2022 e finalizando em setembro de 2027.

Destaca-se que, os contratos citados nos itens “ii” a “iv”, preveem que na hipótese de a AMAZONAS ENERGIA deixar de pagar quaisquer das parcelas pactuadas no contrato, com atraso superior a 30 (trinta) dias, incorrendo em inadimplência efetiva, não solvida por qualquer dos mecanismos de garantia, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) a AMAZONAS ENERGIA será inscrita no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL e nos demais órgãos de proteção ao crédito, bem como (ii) a critério da AMAZONAS GT, a dívida poderá ser considerada totalmente vencida antecipadamente, sujeitando-se, ainda, a AMAZONAS ENERGIA à multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o saldo devedor da Dívida Total monetariamente corrigido pela taxa média de juros correspondente aos últimos 12 (doze) meses ao vencimento antecipado, pro rata die, até a data do efetivo pagamento, além de custas e honorários

Ademais, em cláusula contratual, a Companhia comprometeu-se em utilizar recursos da CCC, do ressarcimento da Sobrecontratação, dos créditos da liquidação no Mercado de Curto Prazo (MCP) e na CCEE e dos créditos da Conta Covid para pagamento da dívida.

25.4 Situação Geral do Endividamento

O alto nível de endividamento que a Amazonas Energia vem assimilando desde a data da mudança do controle acionário, tem resultado em custos financeiros relevantes, afetando de forma contundente a administração financeira da empresa.

O total da dívida consolidada da Amazonas Energia que somou R\$ 10.338.611 mil, em 31 de dezembro de 2024, está concentrada no grupo Eletrobras em 92%. Destaca-se também que nesse montante está contido o valor de endividamento assumido pelo novo controlador em abril 2019 afetado pelos efeitos entre as datas de *valuation* (setembro de 2017) e a transferência do controle, no montante de R\$ 3.300.000 mil conforme exposto na NE 1.

Para solucionar tal questão, a Distribuidora apresentou pleitos administrativos e judiciais, todos encaminhados para conhecimento e avaliação da ANEEL, através dos quais se pretende obter do direito previsto em cláusula editalícia (EQUITY ZERO) e o reconhecimento da insuficiência das medidas de neutralidade regulatória que deveriam ter ocorrido no período de designação, preservando de forma sustentável a capacidade econômica e financeira da Amazonas Energia. Essa ação resultará no equacionamento do endividamento reduzindo-o em aproximadamente 49%.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com a manutenção da condição editalícia (EQUITY ZERO) e o reconhecimento de outros créditos, o endividamento da Amazonas Energia alcançará patamares sustentáveis.

26 Obrigação sociais e trabalhistas

Descrição	2024	2023
Folha de pagamento	3.413	3.510
Encargos sociais – INSS	2.281	2.323
Encargos sociais – FGTS	704	730
SESI/SENAI/FNDE	206	198
Adicional SENAI	16	16
Férias a pagar	6.605	6.844
Gratificação de férias	2.202	2.281
	15.427	15.902

As obrigações sociais e trabalhistas representam compromissos financeiros decorrentes de responsabilidades legais e contratuais relacionadas aos empregados e à previdência social. Elas representam o compromisso da empresa com seus empregados e com a legislação trabalhista e previdenciária. Uma gestão eficiente dessas obrigações é fundamental para garantir a sustentabilidade financeira da empresa e a satisfação de seus empregados.

27 Outros passivos

Descrição	2024	2023
Contribuição iluminação pública arrecadada (a)	14.209	10.886
Consumidores (b)	58.819	44.226
Outros credores	16.519	16.218
	89.547	71.330
Circulante	75.992	57.775
Não Circulante	13.555	13.555

- (a) A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP), é uma taxa instituída pelas prefeituras municipais para financiar os serviços de iluminação pública. Esta contribuição é cobrada de todos os consumidores de energia elétrica e tem como objetivo custear a instalação, manutenção, expansão e operação do sistema de iluminação pública nas cidades. É um valor incluído na conta de energia elétrica dos consumidores, sendo a concessionária de energia responsável apenas pela arrecadação e repasse dos valores aos municípios abrangidos pela área de concessão e com os quais se tem Convênio.
- (b) Consumidores – nesse grupo estão registrados, especialmente, os valores a devolver aos consumidores, como: contas pagas em duplicidade; pagamentos a maior; créditos para abatimento em contas futuras; outras devoluções.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28 Provisões para causas judiciais e depósitos judiciais

Por natureza:	2024		2023	
	Provisões	Depósitos Judiciais e Caução	Provisões	Depósitos Judiciais e Caução
Trabalhista	169.066	89.755	172.795	107.256
Cíveis	344.988	239.156	364.654	99.702
Tributárias	8.733	25.375	334.407	24.287
Ambientais	3.438	-	1.004	-
Regulatório	171.024	94.019	133.733	89.799
Bloqueio judicial	-	-	-	841
	697.249	448.305	1.006.593	321.885

28.1 Natureza das causas

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada na opinião de seus consultores jurídicos externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

Trabalhistas e previdenciárias – Consistem em ação movidas por empregados do quadro próprio e de empresas prestadoras de serviços, vinculadas a questões ligadas às relações de trabalho e emprego.

Cíveis – A Companhia é parte em diversas ações cíveis, ligadas à relação de consumo, relativas à indenização por danos morais e materiais decorrentes principalmente de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, além de ação que têm por objeto ação de cobrança de valores decorrentes de reequilíbrio ou reajuste de contratos.

Tributárias – Os principais processos tributários envolvem compensação não homologadas de PIS e COFINS, cobranças de contribuição previdenciária indevida, autuação pela escrituração/extemporânea de créditos de ICMS, exigência de estorno de crédito de ICMS sobre perdas de energia, aproveitamento de créditos de ICMS em razão dos subsídios da CCC, cobrança de ISS sobre serviços acessórios do serviço de distribuição de energia elétrica, cobranças de salário-educação de empregados, ITR sobre área alagada por hidroelétrica, pedido de devolução de PIS e COFINS pagos a maior em face de inconstitucional majoração de base de cálculo, além de execução fiscais diversas e processos em que os consumidores buscam ressarcimento da taxa da iluminação pública ou da COSIP paga.

Ambientais – As principais contingências ambientais dizem respeito a ações civis públicas que visam evitar o despejo de dejetos químicos oleosos no meio ambiente, cumulada com dano material e moral; apuração de ruídos, resíduos sólidos, derramamento de óleo, emissão de fuligem, com pedido de indenização.

Regulatórias – Tem origem na aplicação de multas pelo órgão regulador ANEEL, os quais a Companhia contesta em juízo.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28.2 Movimentação dos saldos

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

Natureza	2023	Adições	Reversões	Atualizações	2024
Trabalhistas	172.795	38.018	(57.075)	15.328	169.066
Cíveis	364.655	308.873	(354.801)	26.261	344.988
Tributárias	334.407	3.350	(338.598)	9.574	8.733
Ambientais	1.004	2.503	(326)	257	3.438
Regulatório	133.732	34.843	(11.732)	14.181	171.024
	1.006.593	387.587	(762.532)	65.601	697.249

Natureza	2022	Adições	Reversões	Atualizações	2023
Trabalhistas	190.226	18.419	(55.181)	19.331	172.795
Cíveis	442.075	124.516	(216.392)	14.456	364.655
Tributárias	305.675	8	-	28.724	334.407
Ambientais	503	394	(3)	110	1.004
Regulatório	118.306	-	-	15.426	133.732
	1.056.785	143.337	(271.576)	78.047	1.006.593

28.2.1 Trabalhistas

As adições das contingências trabalhistas referem-se a processos que passaram por mudança no grau de risco, considerando as últimas movimentações ocorridas.

28.2.2 Cíveis

No saldo de provisão para causas cíveis, destacam-se ação de cobrança, danos morais e materiais, ação civil pública por dano moral coletivo, ação regressiva, ação de cobrança de encargos moratórios em razão de atraso no pagamento de faturas. Nas adições destacam-se ações que visam reequilíbrio e glosas contratuais.

28.2.3 Tributárias

As reversões dizem respeito, principalmente, aos 13 Autos de Infração-AINF (SEFAZ-AM), sendo 11 da AmE (2003-2016) e 2 da extinta CEAM (2006-2007), num montante de R\$ 2.362.542 mil e do qual apenas uma parcela foi considerada de risco provável (R\$ 333.152 mil). Os AINF foram lavrados para cobrança do valor dos créditos de ICMS que deixaram de ser estornados pela Companhia, em virtude de perdas técnicas e comerciais na transmissão e distribuição de energia elétrica. Nas defesas da Companhia, a tese sustentada é de que a legislação somente pode exigir o estorno das perdas extraordinárias à atividade, uma vez que as perdas ordinárias, por serem previsíveis, integram o preço da mercadoria vendida e, portanto, majoram a tributação pelo ICMS. Alega-se também que no caso específico da energia elétrica, a legislação prevê expressamente que as perdas, sejam elas técnicas ou comerciais, devem compor o valor da tarifa, sendo, assim, inerentes à atividade, de modo que a exigência de estorno não se justificaria.

Em maio/2024, amparada em parecer do patrono da causa a Companhia procedeu com a reversão da contingência provável, motivada por:

a) Perdas regulatórias já contidas na tarifa, portanto, já tributadas.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) O estorno relativo à aquisição de matéria prima (combustível) passou a ser exigido apenas em 2016.

c) Quanto a formalidade legal: competência legal do emitente do auto de infração.

Assim, qualquer mudança de valor e outro motivo que enseje revisão dos respectivos AINF, já não mais será possível modificar a Certidão de Dívida Ativa - CDA, configurando nulidade ou prescrição.

28.2.4 Regulatórias

As adições das contingências regulatórias referem-se a processos que passaram por mudança no grau de risco, considerando as últimas movimentações ocorridas.

28.3 Processos classificados como perda possível

Natureza	2024	2023
Trabalhistas	302.791	309.123
Cíveis (28.3.1)	1.052.133	2.064.926
Tributárias (28.3.2)	1.091.915	2.106.071
Ambiental	88.711	185.326
Regulatórias	2.324	926.281
	2.537.874	5.591.727

28.3.1 Processos Cíveis

Dentre os objetos das ações mais relevantes destacam-se processos oriundos de ação de cobrança, glosa contratual, execução de título extrajudicial, ação de indenização por danos materiais e morais com lucros cessantes.

28.3.2 Processos Tributários

São diversos processos relativos a tributos federais, estaduais e municipais que se encontram na esfera administrativa, destacando-se entre os principais:

- (a) Ação visando a repetir os valores pagos pela empresa a título de contribuição ao PIS e COFINS no período de 07/2001 a 11/2002 e 07/2001 a 20/01/2004, respectivamente, em face da ilegal e inconstitucional majoração de sua base de cálculo, no montante de R\$ 374.817 mil (R\$ 317.396 mil em 2023).
- (b) Suposta falta de recolhimento do ICMS, no regime de antecipação, compreendidos no período de 02/2021 a 08/2021, no montante de R\$ 80.937 mil (R\$ 276.473 mil em 2023).
- (c) Ação anulatória de débito fiscal que visa desconstituir a cobrança do recolhimento do ICMS antecipado, no montante de R\$ 279.304 mil (R\$ 258.527 mil em 2023).

28.4 Processos classificados como perda remota

Dentre o montante dos processos passivos classificados como perda remota, relativo a processos tributários, convém destacar os que refletem dois temas, quais sejam:

(a) ICMS s/Perdas – AINF emitidos referente ao fisco entender que a empresa deve estornar o volume de créditos oriundos das compras, as quais não se concretizaram nas vendas, o que no setor chamamos de perdas técnicas e não técnicas. Essas perdas chamadas comerciais (fraudes, desvios, erros etc.) parte significativas dessas perdas, estão incluídas na TARIFA (preço de venda). Entende-se que a Perda Regulatória, que está contida na TARIFA, corrige de forma significativa o % de perdas que efetivamente são medidas e não faturadas. Logo, a Companhia busca comprovar que os valores dos referidos AINF estão errados, e portando não devem ser reconhecidos.

(b) ICMS Substituição Tributária-ST – Ao final de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF, declarou inconstitucional a aplicação do regime de ICMS-ST, e determinou que o Estado do Amazonas, publicasse uma Lei para legalizar aquilo que foi implementado pelo Estado em maio de 2019, passando essa lei a vigorar a partir de janeiro de 2022. Como a Companhia vinha discutindo essa metodologia judicialmente, foi amparada pela decisão do STF. Assim não efetuou o recolhimento de parte do ICMS-ST (parcela notificada pela SEFAZ), no período fevereiro de 2020 a dezembro de 2021.

O Estado (SEFAZ), embora tenha ocorrido a decisão do STF em 2021, a mesma emitiu alguns AINF de forma a cobrar parte dos valores que a Companhia não efetuou o recolhimento (Parcela notificada), e para tanto a empresa está se defendendo dos referidos AINF, de modo que se ao final resultar em obrigação de pagar, a AmE deverá utilizar montante relevante de Pedidos de Ressarcimentos, referentes a créditos junto a SEFAZ-AM, visto que a Concessionária efetuou pagamentos em cifras superiores ao devido, objeto de metodologia aplicada na cobrança do ICMS-ST.

Destaca-se que o Fisco Estadual, cobra o ICMS-ST com base no volume das notas fiscais de compras de energia, sendo que os geradores de outros estados, quando a sua UF aderiu ao Convênio do Estado do Amazonas, o ICMS-ST está embutido e destacado em cada nota fiscal de compra. Quando o referido fornecedor (Gerador) não está em Unidade Federativa – UF conveniada com o Amazonas, a SEFAZ emite notificação mensal para que a empresa pague o referido imposto.

Ocorre que no volume de compras que são faturadas para a Companhia, parte significativa (em torno de 35%), a energia comprada não ingressa no Estado do Amazonas, portando não cabe uma tributação desse volume de compras. Esses valores pagos a maior (indevidamente), a empresa efetua pedidos de ressarcimentos. Esses créditos podem ser utilizados para quitar qualquer dívida de ICMS-ST. Daí a não necessidade de provisão desses processos.

O ICMS-ST, diferenças não pagas referentes alguns meses de 2022, 2023 e 2024, estão provisionadas no passivo circulante (não são contingências).

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28.5 Ativo contingente

28.5.1 Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e da COFINS

Em 22/01/2019, a companhia impetrou um pedido de liminar com sentença em Mandado de Segurança, objetivando: a) em sede de liminar, a suspensão da exigibilidade do PIS e da COFINS incidentes sobre a parcela relativa ao ICMS incidente nas operação de venda de mercadorias; b) No mérito, reconhecer o direito líquido e certo de excluir da base de cálculo do PIS/COFINS a parcela do ICMS incidente nas suas operação, retroagindo aos últimos 5 anos, determinando que a autoridade impetrada se abstenha de qualquer cobrança a tal título; c) Assegurar à impetrante o direito líquido e certo à compensação, pela via administrativa, de todos os valores indevidamente recolhidos nos últimos cinco anos até o trânsito em julgado da presente ação mandamental, a título das contribuição PIS/COFINS sobre a parcela do ICMS incidente nas suas operação e constantes das notas fiscais, atualizados pela taxa SELIC ou outro índice que vier a substituí-la; d) Declarar, em conformidade com o entendimento firmado no Recurso Extraordinário nº 574.706, que o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuição em voga, corresponde ao montante destacado na Nota Fiscal (ou documento equivalente), ao contrário do que sustenta a RFB através da Solução de Consulta Interna COSIT nº 13/2018.

Em virtude de decisão favorável, a partir da competência setembro/2024, a Companhia passou a deduzir da base de cálculo do PIS e da COFINS, os valores de ICMS incidentes sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) cobrado dos consumidores livres.

28.5.2 Suspensão de cobrança de PIS e COFINS em contratos

Ação impetrada contra a ELETRONORTE e que visa a suspensão da cobrança, no preço contratado, pelas contribuições do PIS e da COFINS no bojo dos Contratos: CVEE 87.495/2013; CVEE 87.497/2013; CVEE 87.499/2013; CVEE 001/2018; CVEE 002/2018; CVEE 003/2018; CVEE 004/2018; e CVEE 005/2018; bem como a devolução dos valores pagos indevidamente, face à isenção prevista no art. 4º do Decreto-Lei 288/1967. Valor da causa: R\$ 947.228 mil

29 Capital social

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2024, totalmente integralizado, está distribuído conforme demonstrativo abaixo:

Acionistas	R\$ mil	Participação (%)	Quantidade
Oliveira Energia S.A.	10.475.246	94,02	18.236.357
Empregados e aposentados (a)	671.421	5,98	1.160.097
	11.146.667	100,00	19.396.454

Todas as ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal.

- a) Em julho/2024 ocorreu a Oferta Obrigatória de Recompra conforme estabelecida nos termos do item 1.10 do Edital Leilão nr. 2/2008-PPI-PND (Edital de Desestatização).

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30 Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é demonstrada como segue:

Fornecimento	2024	2023	Δ%
Residencial (a)	2.276.032	1.985.208	14,6
Industrial (a)	265.524	286.320	(7,3)
Comércio, serviços e outros (a)	1.059.744	971.163	9,1
Rural (a)	62.843	61.723	1,8
Poder público (a)	480.326	448.348	7,1
Iluminação pública (a)	60.864	57.189	6,4
Serviço público (a)	63.196	58.314	8,3
Energia Elétrica na CCEE	357.701	399.357	(10,4)
Não faturado	(6.747)	32.484	(120,8)
Receita ultrapassagem demanda/excedente reativo (b)	(25.235)	(50.966)	(50,5)
	4.594.248	4.249.140	8,1
Tarifa – Cons. Livres - TUSD (c)	541.843	491.195	10,3
Outras Receitas			
Construção	302.275	678.732	(55,5)
Ativos e passivos regulatórios - CTG 08 (d)	117.185	46.949	149,6
Outros	403.674	259.975	55,3
	823.134	985.656	(16,50)
Receita operacional bruta	5.959.225	5.725.991	4,1
Deduções			
PIS	(59.511)	(57.859)	2,9
COFINS	(274.074)	(266.504)	2,8
ICMS	(33.070)	(23.546)	40,4
P&D e PEE	(53.759)	(43.000)	25,0
CDE	(361.233)	(338.938)	6,6
Taxa Fiscalização Aneel	(3.966)	(4.806)	(17,5)
	(785.613)	(734.653)	6,9
Receita operacional líquida	5.173.612	4.991.338	3,65

Fornecimento - Descrição	Não auditados					
	Nº de Consumidores			Mwh		
	2024	2023	Δ%	2024	2023	Δ%
Residencial	907.038	891.151	1,8	2.806.264	2.554.775	9,8
Industrial	1.470	1.783	(17,6)	274.776	303.702	(9,5)
Comércio, serviços e outros	84.745	82.837	2,3	1.250.887	1.181.426	5,9
Rural	34.341	35.932	(4,4)	76.357	79.824	(4,3)
Poder público	9.566	9.940	(3,8)	595.133	560.911	6,1
Iluminação pública	208	219	(5,0)	126.930	124.531	1,9
Serviço público	1.810	1.884	(3,9)	76.699	74.356	3,2
	1.039.178	1.023.746	1,5	5.207.046	4.879.525	6,7

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Na receita de fornecimento de energia elétrica, a variação positiva é decorrente do aumento do consumo, com destaque para a classe residencial e motivado pelo aumento da temperatura.
- (b) Na TUSD, a variação positiva é reflexo do aumento do consumo, da migração de clientes cativos para o mercado livre, além do retorno da incidência do ICMS sobre a TUSD.
- (c) Nos ativos e passivos regulatórios, a variação positiva diz respeito aos reflexos do reconhecimento de itens financeiros no último processo de revisão tarifária em maio/2024.
- (d) Do montante de R\$ 353.461 mil, o valor de 158.893 mil se refere ao Custos Operacionais Flexibilizados homologados por meio do Despacho ANEEL 2494 de 27/08/2024.

31 Custo com energia elétrica

A Companhia, para atendimento aos seus consumidores, mantém contrato com diversas empresas, comprando energia de produtores independentes e por meio de leilões, no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Descrição	2024	2023
Compra de Energia (a)	(6.812.397)	(8.089.650)
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	(342.958)	(298.722)
Comercialização de Energia Elétrica-curto prazo	(446.774)	(196.769)
Aluguel de Grupos Geradores (b)	(45.739)	(91.125)
Proinfa	(71.760)	(74.203)
Combustível p/produção de Elétrica (c)	(204.164)	(397.793)
(-) Flexibilizações de custos (d)	360.738	-
(-) Recuperação de despesa CCC (e)	4.218.748	5.227.284
	(3.344.306)	(3.920.978)

- a) **Compra de Energia** – Redução impactada pela conversão dos contratos de CCVE e CCEAR em CER – Ocorre que em 07/10/2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em atendimento à Medida Provisória Nº 1.232, de 12 de junho de 2024, publicou o Despacho Nº 3.025, de 7 de outubro de 2024, que dentre outras, determinou o distrato dos CCVE e CCEAR, de forma retroativa a data de 13/06/2024, e sua substituição, igualmente retroativa à mesma data, por Contratos de Energia de Reserva (CER) firmados com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O referido Despacho, portanto, alterou a relação jurídica também em caráter de longo prazo: doravante, a Eletronorte deixa de ser fornecedora direta da Amazonas Energia, ao passo que esta passa a adquirir energia elétrica juntamente à CCEE no ambiente regulado de comercialização.
- b) **Aluguel de Grupos Geradores** – a redução reflete a transformação operacional da companhia passando de um modelo em que era geradora de energia no Sistema Isolado – SISOL para uma estrutura em que adquire energia de produtores independentes de energia. Em 2023, os municípios de Parintins e Itacoatiara se interligaram ao Sistema Interligado Nacional - SIN, restando apenas 8 usinas em operação comercial.
- c) A redução na rubrica de Combustível p/produção de E.E. está atrelada ao fato de que as localidades de Parintins e Itacoatiara se interligaram ao sistema interligado Nacional – SIN, a partir de jun/2023 migrando esse custo para os custos com compra de energia.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- d) Flexibilizações de custos – trata-se das flexibilizações dos parâmetros regulatórios de eficiência, referentes aos componentes tarifários de perdas não técnicas, custos operacionais, fator X e Pd e receitas irrecuperáveis, previstas na cláusula sexta do segundo termo aditivo do Contrato de Concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica nº 01/2019-ANEEL, de 10 de outubro de 2024, firmado com a Amazonas Energia S.A em caráter sub judice, para fins de cumprimento da Decisão Judicial em sede de liminar exarada no âmbito do Processo Judicial nº 1029198-63.2024.4.01.3200/SJAM, conforme disposto no Parecer de Força Executória nº 434/NAP EP REG/EFIN1/PGF/AGU.
- e) A subvenção CCC reembolsa a diferença entre o custo total de geração da energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, do Sistema Interligado Nacional - SIN. Na Companhia, os seguintes custos são objeto de reembolso pela CCC:
- Combustível;
 - O&M dos custos de geração própria, incluindo a locação de grupos geradores;
 - Contratos de Comercialização e Venda de Energia Elétrica – CCVEs;
 - Contratos de Potência e Energia Elétrica – CPEEs; e
 - Contratos de Comercialização de Energia no Sistema Isolado – CCESIs

Para 2024 o ACRméd é de R\$ 300,18/MWh (R\$ 348,72/MWh em 2023). Custo de operação e receitas e (despesas) operacionais

Ademais a transformação dos contratos CCVE e CCEAR em CER, citados na letra “a” acima, também impactaram na redução dos valores do reembolso.

31.1 Custo de operação

Descrição	2024	2023
Pessoal (a)	(113.515)	(120.730)
Material (a)	(11.419)	(18.485)
Serviço de terceiros (a)	(382.060)	(404.217)
Depreciação e Amortização Acumulada	(95.545)	(79.881)
Outras despesas operacionais (31.3)	(72.063)	(46.666)
	(674.602)	(669.979)

- (a) A redução é reflexo da política de redução de custos e despesas, através da renovação do quadro de pessoal, ajustes no plano de saúde e gestão na transferência da mão de obra própria e terceirizada – MOP/MOT para o ativo de contrato. Em Serviços, a redução é em decorrência da adequação dos contratos de serviços operacionais, comerciais e de mão de obra de apoio aos limites orçamentários de custeio e reduções dos custos de geração com as desativações de usinas.

31.2 Custo de Construção

Embora a Companhia tenha envidado esforços na execução do seu plano de CAPEX, a redução está atrelada às dificuldades financeiras na aquisição/construção de novos ativos.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31.3 Outras despesas operacionais

Descrição	2024	2023
Arrendamentos e aluguéis	(2.514)	(1.199)
Seguros	(1.957)	(1.789)
Recuperação de despesas	10.611	25.246
Tributos	(7.117)	(6.242)
Consumo próprio de EE.	(10.501)	(9.419)
Transgressão dos Indicadores continuidade/qualidade	(28.697)	(27.081)
Diárias - viagem à serviço	(361)	(357)
Outras despesas	(31.527)	(25.825)
	(72.063)	(46.666)

31.4 Receitas (despesas) operacionais

Descrição	2024	2023
Pessoal	(54.920)	(55.155)
Material	(1.518)	(6.283)
Serviço de terceiros	(93.619)	(76.670)
Depreciação e amortização acumulada	(21.783)	(20.440)
Provisões operacionais (31.5)	(246.688)	(226.924)
Outras despesas operacionais	(48.505)	(38.828)
Ajuste a Valor Justo – Ativos Concessão (a)	7.733	111.002
	(459.300)	(313.298)

(a) Ajuste a Valor Justo – Ativos Concessão – Para os ativos vinculados à concessão (ativos financeiros e ativos intangíveis), a Companhia avaliou o valor de recuperação desses ativos comparando-os com o valor da Base de Remuneração Regulatória – BRR definido pela ANEEL no processo de Revisão Tarifária Ordinário (Nota Técnica nr.078/2024-SFF/ANEEL, de 14/05/2024). A BRR foi atualizada para 31/12/2024, bem como foram adicionadas/deduzidas as movimentações ocorridas no período de jun/2024 a dezembro/2024. Assim sendo, na Distribuição e Geração Associada o valor calculado pelo agente regulador mais movimentação é superior ao valor contábil e, portanto, a Companhia optou por realizar os ajustes dos ativos.

31.5 Provisões operacionais

Descrição	2024	2023
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (a)	(246.823)	(197.457)
Reversão de créditos de liquidação duvidosa (a)	96.215	149.601
Perdas com clientes (a)	(191.175)	(100.567)
Provisão para contingências judiciais (b)	(387.588)	(143.337)
Reversão para contingências judiciais (b)	642.584	271.576
Provisão para contingências efetivas	(168.930)	(206.740)
Pagamento de condenações de litígios	9.029	-
	(246.688)	(226.924)

(a) Na PECLD, diante do cenário econômico de inflação, leis invasoras e aumento de tarifas, a Companhia tem sofrido com o crescimento da carteira de recebíveis afetando a PECLD. Na rubrica de Perdas com clientes, destaque para a baixa de créditos por decisão judicial, num montante de R\$ 45 mil.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Nas provisões para contingências destacam-se ações que visam reequilíbrio e glosas contratuais.
- (c) Nas reversões, na esfera cível são oriundos de processos cujo objeto envolve diferentes tipos de demandas jurídicas, tais como ação de cobrança, glosa contratual, servidão administrativa, reequilíbrio contratual, acidente e ação de indenização. Essas reversões refletem a evolução dos processos, seja por mudança na avaliação do risco, celebração de acordos ou encerramento das ações. Na esfera tributária a reversão diz respeito ao processo do ICMS s/Perdas, ver NE 28.2.3.

32 Resultado financeiro, líquido

Descrição	2024	2023
Receitas financeiras		
Aplicação financeiras	1.576	10.609
Acréscimo moratório s/energia vendida (a)	160.396	115.303
Ganhos pelo Valor da Indenização (b)	2.348	51.959
Ativos e passivos financeiros setoriais	(53.013)	39.911
Juros multas e descontos	122	(12.858)
Juros remuneratório CCEE	1.142	9.960
Atualização monetária judicial (c)	13.416	11.528
Outras receitas financeiras	186	368
(-) Tributos s/Receita Financeira	(22.866)	(11.208)
	103.307	215.572
Despesas financeiras		
Atualização monetária passiva	3.262	-
Encargos de dívidas (d)	1.639.039	1.574.266
Atualização de ativos e passivos regulatórios	73.855	89.602
Juros, multas e encargos (e)	52.030	23.279
Atualização monetária judicial (f)	(54.347)	78.047
Encargos fornecedores Compra de Energia (g)	467.327	102.259
Imposto sobre operações financeiras - IOF	150	163
Ganho de avaliação atuarial	1.670	59
Descontos condicionais sobre energia	90.189	92.473
Outras despesas diversas	380	824
	2.273.555	1.960.972
Resultado financeiro, líquido	(2.170.248)	(1.745.400)

- (a) O acréscimo moratório sobre energia vendida refere-se à cobrança de juros e/ou penalidades aplicadas ao valor da energia elétrica faturada quando há atraso no pagamento por parte do consumidor. Este acréscimo inclui: i) Juros de mora – percentual aplicado sobre o valor da fatura em atraso; ii) Multa por atraso – percentual fixo sobre o total da fatura; iii) Correção monetária – aplicada para compensar a desvalorização do dinheiro ao longo do tempo;
- (b) Referem-se aos valores de atualização recebidos sobre o AIC Indenizado e Sobras Físicas;
- (c) Referem-se as atualizações monetárias dos depósitos judiciais;
- (d) Referem-se a atualização das dívidas e financiamentos informados na Nota Explicativa n°. 25 – Empréstimos e Financiamentos;

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (e) Penalidades financeiras por pagamentos em atraso do contas a pagar;
- (f) Reflexo de reversão de provisão tributária em virtude de mudança de prognóstico (ver NE 28.2.3);
- (g) Encargos decorrentes de pagamentos em atraso e/ou não pagamento de fornecedores de energia.

33 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

33.1 Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisição e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2024	2023
Total dos empréstimos	(10.338.611)	(8.959.656)
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	98.422	40.239
Dívida líquida	(10.240.189)	(8.919.417)

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

Ativos financeiros	Nível	Classificação	2024	2023
Caixas e equivalentes de caixas	1	Valor justo por meio do resultado	98.422	40.239
Consumidores	-	Custo amortizado	1.104.082	1.163.666
Concessionárias e permissionárias	-	Custo amortizado	61.816	77.588
Direitos de ressarcimento	-	Custo amortizado	783.608	629.915
Ativos financeiros setoriais	-	Custo amortizado	1.073.427	840.159
Ativo financeiro	-	Custo amortizado	1.562.354	419.849
			4.683.709	3.171.416

Passivos financeiros	Nível	Classificação	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	10.338.611	8.959.656
Fornecedores	-	Custo amortizado	2.371.531	1.845.092
Obrigação de ressarcimento	-	Custo amortizado	402.154	402.154
Passivos financeiros setoriais	-	Custo amortizado	1.484.261	1.216.075
			14.596.557	12.422.977

Técnicas de avaliação e informação usadas:

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) **Caixas e Equivalentes de Caixas; Contas Bancárias Vinculadas e Ativos Regulatórios:** Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- (b) **Títulos e valores mobiliários - Curto e Longo Prazo:** usualmente mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- (c) **Consumidores:** são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização.
- (d) **Ativos financeiros:** são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão.
- (e) **Direito de Ressarcimento:** São ativos financeiros que representam o direito de reembolso da CCC, relativos aos custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados. São classificados como custo amortizado.
- (f) **Fornecedores:** são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variação monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.
- (g) **Empréstimos e financiamentos:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.
- (h) **Obrigação de ressarcimento:** referem-se aos valores de adiantamentos e tributos (ICMS, PIS e COFINS) a serem devolvidos ao Fundo CCC e são valorizados a custo amortizado.
- (i) **Demais instrumentos financeiros:** os valores justos são similares aos seus valores contábeis, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; e (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa de CDI.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, serviço de precificação ou agência reguladora. E os preços representam transação de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como valor justo por meio de resultado ou através de outros resultados abrangentes anteriormente classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33.2 Gestão de riscos financeiros

No exercício de suas atividades, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

33.2.1 Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade de a Companhia contabilizar perdas em razão de oscilação das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a empréstimos.

Este risco é mitigado pelo fato de a Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobras, a juros fixos.

Análise de Sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, dos indexadores SELIC, CDI e IPCA.

Descrição	2024	Cenário I Provável 2024 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
Empréstimos obtidos - SELIC	41.965	5.086	6.358	7.629
Empréstimos obtidos - CDI	6.409.640	619.972	774.965	929.957
Parcelamentos - SELIC	445.033	53.939	67.423	80.908
Parcelamentos - CDI	3.441.973	332.924	416.156	499.387
Impacto no Resultado	10.338.611	1.011.921	1.264.902	1.517.881

(¹) Premissas adotadas

	Provável (**)	25%	50%
SELIC	12,12%	15,15%	18,18%
CDI	9,67%	12,09%	14,51%
IPCA	0,52%	0,65%	0,78%

Descrição	2023	Cenário I Provável 2023 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
Empréstimos obtidos - SELIC	58.883	6.839	8.548	10.258
Empréstimos obtidos - CDI	5.742.214	687.287	859.109	1.030.931
Parcelamentos - SELIC	515.809	59.907	74.883	89.860
Parcelamentos - CDI	2.627.230	314.454	393.068	471.681
Parcelamentos - IPCA	15.520	87	109	130
Impacto no Resultado	8.959.656	1.068.574	1.335.717	1.602.860

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) Premissas adotadas	Provável (**)	25%	50%
SELIC	11,61%	14,56%	17,42%
CDI	11,97%	14,96%	17,95%
IPCA	0,56%	0,70%	0,84%

(*) A Companhia divulgou os empréstimos obtidos pelo CDI e SELIC que representam respectivamente 93,41% e 6,41% do saldo dos empréstimos.

(**) Cotação das estimativas apresentadas do indexador CDI da pesquisa B3; do indexador SELIC e IPCA da pesquisa BACEN.

33.2.2 Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2024 é:

	Nota	2024
Caixa e equivalentes de caixa	(a.1)	98.422
Consumidores	(a.2)	1.104.082
Ativos financeiros setoriais	(a.3)	1.073.427
Outros ativos	(a.5)	83.279
Direito de ressarcimento	(a.4)	783.608
Ativo contratual	(a.3)	620.368
Ativo financeiro	(a.3)	1.562.354
		5.325.540

(a.1) Caixa e equivalentes de caixa, contas bancárias vinculadas

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituição financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda desses valores.

A Companhia realiza aplicação financeiras apenas em títulos permitidos pela União por ser Sociedade de Economia Mista e os saldos mantidos são de rotatividade quase que diária, portanto, considera o risco de crédito baixo.

(a.2) Consumidores

A Companhia não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia, pois como distribuidora de energia elétrica, é regida por contrato de concessão, bem como pela regulamentação do setor elétrico e obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão, utiliza uma matriz de provisão para estimar suas perdas com clientes. O *aging* de clientes, bem como percentuais de perda por tipo de classe estão divulgados na nota explicativa nº5.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia entende que o risco de crédito de sua carteira não alterou significativamente, visto que os percentuais de perda observáveis historicamente por tipo de classe não tiveram oscilação relevantes, esses índices podem ser visualizados na nota explicativa nº 5.

Para recuperação da inadimplência a Companhia atua por meio de:

- (i) Programas de renegociação dos débitos pendentes;
- (ii) Negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito;
- (iii) Suspensão do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente;
- (iv) Contratação de empresa especializada na cobrança de contas em atraso; e
- (v) Cobrança judicial.

(a.3) Ativo regulatório e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo financeiro da concessão).

(a.4) Direito de ressarcimento

Trata-se especialmente de valores referentes a serviços prestados a terceiros, compartilhamento de infraestrutura, valores a receber de administradora de cartão de crédito por recebimentos parcelados.

(a.5) Outros ativos

Referem-se a contas a receber com a Eletrobras que serão liquidados com as dívidas existentes após assinatura da transferência de controle acionário por força de lei, portanto a Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos.

33.2.3 Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descompasso de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

Os eventuais saldos de caixa auferidos pela Companhia, além dos programados para administração do capital circulante, são transferidos para contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos dentro das limitações legais que requer a concessão, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A seguir, divulgação do quadro que são os fluxos de caixa não descontados contratados:

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Categoria	2024		2023	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	10.338.611	10.338.611	8.959.656	8.959.656
Fornecedores	Custo amortizado	2.371.531	2.371.531	1.845.092	1.845.092
Obrigação de ressarcimento	Custo amortizado	402.154	402.154	402.154	402.154
Obrigações trabalhistas	Custo amortizado	15.427	15.427	15.902	15.902
		13.127.723	13.127.723	11.222.804	11.222.804

Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)	2024			
	Menos de 1 ano	Superior a 1 e inferior 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	7.267.949	1.035.826	687.832	1.347.004
Fornecedores	2.371.531	-	-	-
Obrigação de ressarcimento	-	402.154	-	-
Obrigações estimadas	15.427	-	-	-
	9.654.907	1.437.980	687.832	1.347.004

Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)	2023			
	Menos de 1 ano	Superior a 1 e inferior 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	5.182.783	1.294.071	1.135.798	1.347.004
Fornecedores	1.841.807	3.285	-	-
Obrigação de ressarcimento	-	402.154	-	-
Obrigações estimadas	15.902	-	-	-
	7.040.492	1.699.510	1.135.798	1.347.004

34 Cobertura de seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Seguradora	Risco	Data de vigência	Valor segurado	Prêmio
Mongeral Aegon Seguros e Previdência	Vida	11/01/2024 a 10/01/2025	978 vidas	113
Ezze Seguros AS	Administrativo	10/09/2024 a 10/09/2025	50.000	78
Berkley Brasil Seguros	Administrativo	10/09/2024 a 10/09/2025	50.000	111
Mapfre Seguros	Engenharia	13/10/2024 a 13/10/2025	158.029	1.265
Allianz Empresarial	Patrimonial	26/10/2024 a 26/10/2025	150.000	30

As apólices de seguros oferecem cobertura aos riscos de engenharia e de incêndio sob a condição de primeiro risco absoluto, considerando risco coberto o acidente que exija reparo ou reposição do bem segurado, de forma a possibilitar que o mesmo possa continuar a trabalhar ou operar normalmente, respondendo a seguradora pelos prejuízos cobertos, independente dos valores em risco. A responsabilidade da seguradora ficará limitada, em cada acidente, ao limite máximo de indenização, único para todas as instalações e localidades (maquinário, usinas hidrelétricas e termelétricas, equipamentos, turbinas, geradores, caldeiras, transformadores, aparelhos elétricos e equipamentos de processamento de dados).

35 Benefício pós-emprego

O programa de benefícios previdenciários tem como meta conceder aos empregados que vierem a se aposentar na AmE uma complementação que consiste entre a diferença do Salário Real de Benefício (base de cálculo dos benefícios de complementação de aposentadoria por tempo de contribuição, idade e especial, valor correspondente à média aritmética simples dos últimos 36 (trinta e seis) meses, corrigidos pelo INPC) e a renda vitalícia obtida no regime geral da previdência social, sobre o qual o empregado e a AmE contribuem mensalmente para formação de um fundo capitalizado.

Os programas de benefício pós-emprego da Companhia podem ser assim classificados:

(a) Plano de Contribuição Definida (CD) - Plano 02-B

Plano individual de poupança previdenciária, no qual o benefício depende do valor das contribuições, do resultado dos investimentos administrados pela PREVINORTE e do tempo de contribuição do participante. Suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado, descontados da folha de salários. Este plano contempla os seguintes benefícios: complemento da aposentadoria, auxílio no caso de incapacidade para o trabalho, abono salarial e pensão por morte.

Plano em sistema de capitalização, para transformação futura em renda pós-emprego de caráter reversivo. Dessa forma, o benefício a ser concedido será representado pela reversão da poupança acumulada em renda, segundo parâmetros atuariais definidos. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotização individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

(b) Plano de Benefício Definido (BD) - Plano 02- A

Plano com características de Benefício Definido sob o regime financeiro de capitalização, que tem como fonte de suas contribuições a Companhia e o empregado, sendo tais contribuição calculadas sobre a folha de salários, em conformidade com plano anual de custeio definido pelo atuário responsável.

Este plano está em extinção desde 1º de janeiro de 2000 e, a partir dessa data, não pode receber novos participantes. Adicionalmente, compreende os seguintes benefícios: complementação da aposentadoria por idade, por tempo de contribuição, por invalidez e especial; pensão por morte; abono anual e garantia de manutenção de direito à renda vitalícia futura para aqueles que se desligarem antes das respectivas aposentadorias, desde que tenham, pelo menos, três anos de efetiva contribuição ao plano.

(c) Metodologia Adotada

O pronunciamento contábil CPC nº 33, assim como o IAS 19, exige a utilização do método do crédito unitário projetado (ou Projected Unit Credit Method) que consiste no princípio de que o custo dos benefícios atribuídos a cada período de serviço deve ser reconhecido proporcionalmente ao longo do tempo de serviço do participante. Ele considera o custo do benefício acumulado até o momento do cálculo (custo atribuído ao serviço passado) e o custo futuro esperado com base nas projeções atuariais e nas premissas financeiras adotadas.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Estatísticas demográficas

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD e CD está abaixo demonstrado:

Dados Populacionais	BD	CD
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	5	886
1.2. Idade Média	64	43
1.3. Salário Médio em R\$	17.126	7.011
2. Participantes Inativos		
2.1. Participantes- nº	29	-
2.2. Idade Média	68	-
2.3. Benefício Médio em R\$	7.131	-
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	14	-
3.2. Idade Média	75	-
3.2. Benefício Médio em R\$	2.178	-
População Total	48	886

(e) Premissas Utilizadas

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos estão demonstradas a seguir:

<u>Financeiras</u>	BD	CD
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	7,54%	7,65%
Projeção de aumentos médio dos salários	Nula	Nula
Taxa média de inflação anual	4,77%	4,77%
Taxa de Rotatividade	Nula	Nula
Duração (em anos)	8,35	7,56

<u>Biométricas e Demográficas</u>	BD	CD
Tábua mortalidade geral	AT-2000 (suavizada em 25%)	Br- EMSSB-V.2010 (Masculina)
Tábua mortalidade de inválidos	RP 2000 (Feminina)	RP 2000 (Feminina)
Tábua de entrada de invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Composição Familiar	Hx Previnorte 2023	N/a

(f) Resultados Apurados

Plano BD	2024	2023
Obrigações no início do exercício	36.454	35.649
Custo do serviço corrente	35	29
Reembolso do serviço corrente	(190)	(310)
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	172	183
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	3.230	4.014
(Ganhos)/Perdas atuariais	(2.733)	969
(-) Benefícios pagos no ano	(4.247)	(4.080)
Obrigações no final do exercício	32.721	36.454

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano BD	2024	2023
Valor justo dos ativos financeiros no início do exercício	66.008	61.275
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	6.042	6.249
Contribuições normais e extraordinárias patronais	172	183
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	172	183
(-) Benefícios pagos	(4.247)	(4.080)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	(6.558)	2.198
Ativos Financeiros no final do exercício	61.589	66.008
(Déficit)/Superávit apurado	28.868	29.554
Asset Ceiling (Regra IAS)	(28.868)	(29.554)
Passivo líquido ao final do exercício	-	-
Plano BD	2024	2023
Movimentação do custo/(receita)		
(Ganho)/Perda a ser reconhecida em ORA	(665)	275
Despesa/(receita) reconhecida durante o exercício	837	(93)
Custo do serviço corrente	34	29
Reembolso do serviço corrente	(190)	(310)
Juros sobre a obrigação atuarial	3.230	4.014
Juros sobre o limite máximo do passivo/ (ativo) oneroso	3.804	2.423
Rentabilidade sobre os ativos	(6.041)	(6.249)
Receita total da obrigação do plano ao final do exercício	172	182
Plano CD	2024	2023
Obrigações no início do exercício	2.324	2.272
Custo do serviço corrente	323	322
Juros sobre a obrigação atuarial	234	251
(Ganhos)/Perdas atuariais	(283)	(272)
(-) Benefícios pagos no ano	(208)	(249)
Obrigações no final do exercício	2.391	2.324
Valor justo dos ativos financeiros no início do exercício	23.249	5.759
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	2.212	661
(-) Benefícios pagos	(208)	(249)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	501	17.078
Ativos Financeiros no final do exercício	25.754	23.249
(Déficit)/Superávit apurado	23.363	20.925
Asset Ceiling (Regra IAS)	(23.363)	(20.925)
Passivo líquido ao final do exercício	-	-
Plano CD	2024	2023
Movimentação do custo/(receita)		
(Ganho)/Perda a ser reconhecida em ORA	(1.005)	(242)
Despesa/(receita) reconhecida durante o exercício	1.005	242
Custo do serviço corrente	323	322
Juros sobre a obrigação atuarial	235	251
Juros sobre o limite máximo do passivo/ (ativo) oneroso	2.659	330
Rentabilidade sobre os ativos	(2.212)	(661)
Custo/(receita) total da obrigação do plano ao final do exercício	-	-

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

36 Partes relacionadas

36.1 Transação e saldos

A Companhia efetuou transação com partes relacionadas. As transações são realizadas a preços e condição definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas e estão classificadas conforme quadro a seguir:

Partes relacionadas	Natureza da Operação	2024			2023		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Oliveira Energia	Mútuos Financeiros (a)	-	111.242	(15.046)	-	175.387	(19.767)
	Aluguel Grupos Geradores + CCEI (b)	-	11.359	(1.310.176)	-	96.962	(1.191.293)
ITAM - Industria de Transformadores	Aquisição e Recuperação de Transformadores (c)	8	2.798	-	8	9.143	(597)
Roraima Energia	Mútuos Financeiros (a)	-	106.049	(13.153)	-	92.895	(4.896)
		8	231.448	(1.338.375)	8	374.387	(1.216.553)

As transações são realizadas a preços e condições definidos entre as partes conforme as práticas do mercado. As principais condições estão demonstradas a seguir:

- (a) Contrato de mútuos entre Amazonas Energia e a Oliveira Energia. Mais detalhes na NE 26, "f".
- (b) Refere-se ao fornecimento de disponibilidade de potência e geração de energia elétrica por meio de locação de grupos geradores com garantia contratual de 2% do valor total vigente do Contrato; Contrato de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados – CCEI para atendimento das localidades do interior com garantias financeiras que devem cobrir contínua e integralmente as obrigações de pagamento mensal.
- (c) Refere-se a contrato de prestação de serviços e fornecimento de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de transformadores de potência com garantia contratual de 12 a 24 meses contados da data de entrega ou data de entrada de operação para aquisição e 6 meses a 5% do valor total da contratação nos casos de serviços. Todos os contratos com anuência prévia da Aneel.

36.2 Remuneração dos administradores

O gasto total com a remuneração está demonstrado a seguir:

	2024	2023
Remuneração e encargos dos diretores e conselheiros	6.518	6.571
Benefícios	6.040	5.994
	12.558	12.565

37 Eventos Subsequentes

Em 25 de fevereiro de 2025, por meio de Decisão Judicial, emanada da 1ª Vara da SJAM (Seção Judiciária do Estado do Amazonas) foi deferido o pedido da Companhia para prorrogar

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o prazo para a conclusão da transferência de controle da distribuidora por mais 60 dias, a contar de 1º de março.

AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

AMAZONAS ENERGIA S/A



MARCIO PEREIRA ZIMMERMANN
Diretor Presidente e,
Diretor Financeiro



ORSINE R. DE OLIVEIRA
Diretor Vice-Presidente



RADYR GOMES DE OLIVEIRA
Diretor Técnico do Interior e,
Diretor de Relações Institucionais



RODRIGO MOREIRA
Diretor Técnico da Capital



MARIA DO SOCORRO GAMA DA SILVA
Diretora Regulatória e Jurídica e
Diretora Administrativa

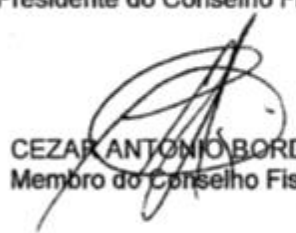


CLEONICE ARAÚJO DE SALES
Contadora - CRC- AM 010393/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Amazonas Energia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024. Com base nos exames efetuados, bem como considerando o Relatório emitido pela Crowe Macro Auditoria e Consultoria (Auditores Independentes), em 31/03/2025, sobre o qual, por importante, compete destacar o teor do parágrafo "Ênfase – Continuidade Operacional", sem ressalva, opina que – observados todos os aspectos enfatizados pelos Auditores Independentes, conforme mencionado – os referidos documentos retratam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e recomenda que os mesmos sejam submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Manaus (AM), 31 de março de 2025.

 AIRTON ÂNGELO CLAUDINO Presidente do Conselho Fiscal	 HAMILTON ALMEIDA SILVA Membro do Conselho Fiscal
 CEZAR ANTONIO BORDIN Membro do Conselho Fiscal	 MARISE GRINSTEIN Membro do Conselho Fiscal
 PEDRO NEVES MARX Membro do Conselho Fiscal	